RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

CURITIBA
Abril /2014

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE
Rua Dep. Mário de Barros, 1290 | 1º andar | CEP 80530.913 | Caixa Postal 15079 | Curitiba | Paraná
Fone [41] 3350-3300 | Fax [41] 3353-3300 | www.paranacidade.org.br | paranacidade@paranacidade.org.br

RELATÓRIO OPERACIONAL DO CONTRATO DE GESTÃO

Governo do Estado do Paraná
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Exercício de 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013, prestação de contas anual a que esta Entidade está obrigada, nos termos do art.19 da Lei 15.211/2006.

I - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Superintendente do PARANACIDADE
JOÃO CARLOS ORTEGA.

MEMBROS NATOS

Secretário de Estado da Fazenda
LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI - **Presidente**

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
CÁSSIO TANIGUCHI

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
ANTÔNIO CAETANO DE PAULA JUNIOR

MEMBROS EFETIVOS

Representante da Federação do Comércio do Estado do Paraná
DARCI PIANA

Representante do Instituto de Arquitetos do Brasil, Dep.do Paraná
CLAUDIA CRISTINA TABORDA LOBO

Representante da Federação das Indústrias do Paraná
HELIO BAMPI

Representante do Instituto de Engenharia do Paraná
GILBERTO PIVA

II - DIRETORIA EXECUTIVA

Superintendente
JOÃO CARLOS ORTEGA

Superintendente Executivo
WILSON BLEY LIPSKI

Diretor de Administração e Finanças
CLAUDIO STABILE

Diretora de Operações
MONICA SOARES VIEIRA

III – CARTA DO SUPERINTENDENTE

Curitiba, abril de 2014.

Ao
Conselho de Administração do
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE
Nesta.

Senhores Conselheiros,

As atividades e ações desenvolvidas pelo PARANACIDADE no exercício de 2013 foram estabelecidas no Plano de Ação Estratégica, aprovado na 126ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 13 de dezembro de 2012.

Em atendimento ao contido na Lei 15.211/2006, apresentamos à consideração dos Senhores membros do Conselho de Administração, o Relatório Operacional do Contrato de Gestão, firmado com o Governo do Estado do Paraná, relativo ao Exercício de 2013.

Este Relatório de forma consubstanciada apresenta as ações e atividades do PARANACIDADE em 2013 e também, as Demonstrações Contábeis do exercício com suas peças complementares, além do parecer técnico emitido pela empresa de auditoria externa METROPOLE COMERCIO, SERVIÇOS E SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI-ME.

Atenciosamente,

João Carlos Ortega
Superintendente do PARANACIDADE

IV - SUMÁRIO

I COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO---------- 03
II COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA ---------- 03
III CARTA DO SUPERINTENDENTE ---------- 04
IV SUMÁRIO ---------- 05
V APRESENTAÇÃO ---------- 06
VI RELATÓRIO OPERACIONAL – DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS ---------- 07

VII RELATÓRIO OPERACIONAL– DIRETORIA DE OPERAÇÕES ---------- 23

VIII ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS ---------- 47
- Demonstrativos Orçamentários PARANACIDADE ---------- 48
- Demonstrativos Orçamentários FDU ---------- 54
- Demonstrativo Gerencial dos Fluxos de Caixa---------- 58
- Demonstrações Contábeis ---------- 61
- Parecer da Auditoria Externa ---------- 82

V - APRESENTAÇÃO

Neste Relatório serão demonstradas as ações e atividades desenvolvidas pelo PARANACIDADE no exercício de 2013 atendendo as diretrizes expressas no Contrato de Gestão que a Entidade mantém com o Governo do Estado, aos objetivos estabelecidos em seu Estatuto, além daquelas contempladas pelo Plano de Ação Estratégica para o exercício e outras aprovadas pelo Conselho de Administração em suas reuniões ordinárias e extraordinárias.

São agrupadas neste Relatório, em blocos de informações distintas, aquelas ações e atividades que se referem às Diretorias de Administração e Finanças e de Operações acompanhadas da avaliação de desempenho, obtida a partir do resultado dos indicadores de desempenho até dezembro de 2013 e em destaque, todas as relativas aos aspectos contábeis e financeiros.

A Prestação de Contas Anual do PARANACIDADE, apresentada no Capítulo Aspectos Orçamentários, Contábeis e Financeiros é consubstanciada com parecer da empresa de auditoria externa METROPOLE COMERCIO, SERVIÇOS E SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI-ME.

VI - RELATÓRIO OPERACIONAL

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. Objetivo:
Adequação das instalações físicas e de imagem do PARANACIDADE.

Ação:
Alteração de Lay Out das instalações da Sede do PARANACIDADE.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Estudos de adequação do espaço físico na Sede do PARANACIDADE	-	Desenvolvido o novo Lay-Out. Implementação a partir de janeiro/2013.	-	Sim	-	-

2. Objetivo:
Elaboração de um Plano de Gerenciamento de Processos e Modelagem Organizacional

Ação:
Levantamento dos processos desenvolvidos pelo PARANACIDADE

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Mapeamento; identificar etapas importantes, eventos e operações que constituem os processos.	Nov/2013, prorroga-do para 2014.	Pesquisa e levantamento junto a empresas.	-	-	Sim	-
Desenvolvimento de Instrumentos de Controle destes processos – Plano de Monitoramento e Controle.	Dez/2013, prorroga-do para 2014.	-	-	-	Sim	-
Definição de etapas para a montagem de modelagem organizacional, - levantamento de: estrutura física; atividades; processos, recursos, pessoal, comportamento, objetivos da entidade e restrições.	Dez/2013, prorroga-do para 2014.	-	-	-	Sim	-

3. Objetivo:
Adequação do Quadro de Pessoal às necessidades do PARANACIDADE.

Ação:
Estabelecer a quantidade quali quantitativa de recursos humanos da Entidade a fim de atender a crescente demanda dos clientes.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Readequação na estrutura organizacional propondo medidas a serem submetidas à aprovação do Conselho.	[1,2]Criação e transformação de cargos.	**a)** Transformação do cargo de Auditor Interno para Controlador Geral – implantação da Controladoria Interna; **b)** Criação do cargo de Subcontrolador.	-	Sim	-	-
Realização de certame seletivo para suprir as atuais necessidades de pessoal.	Prorrogado para 2014.	-	-	-	[3]Sim	-

Nota 1: Criação e transformação aprovados na Ata 128ª reunião Ordinária do Conselho de Administração de 11/06/2013. As alterações foram homologadas pelo Governador do Estado em 18/07/2013.

Nota 2: Registro das Alterações no Estatuto realizado em 17/10/2013.

Nota 3: Aguardando a contratação de Instituição para realizar o certame.

4. Objetivo:
Desenvolver política de Recursos Humanos, compatível com as necessidades da organização e do seu quadro funcional.

Ação:
Levantamentos e pesquisas de clima organizacional e de atuação funcional, identificando aspectos e situações que mereçam atenção e medidas especiais.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Negociar, com o Sindicato representativo da categoria o Acordo Coletivo de Trabalho, referente ao período de junho/ 2013 a maio/2014.	Conclusão do Acordo.	Realizado em junho de 2013, com o reajuste de 10% para todas as faixas salariais.	-	Sim	-	-
Revisão e adequação do Plano de Cargos, Salários e Benefícios do PARANACIDADE, bem como o desenvolvimento de uma sistemática de avaliação de desempenho e competências.	-	Acatados os apontamentos realizados pela Superintendência Regional do Trabalho, considerados pertinentes. Homologado pela Superintendência em junho/2013 e publicado no Diário Oficial da União em 142/06/2013.	-	Sim	-	-

5. Objetivo:
Banco de Dados, relativo a Recursos Humanos.

Ação:
Manutenção de Banco de Dados, informatizado sobre o quadro funcional do PARANACIDADE, visando atender às exigências legais e operacionais.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Aquisição de Sistema Integrado de Gestão (ERP) – contendo soluções e subsistemas de RH (Recursos Humanos, Compras, Estoques, Contas a Pagar, Finanças, Contabilidade, Controle de Viagens).	Conclusão da implantação /migração e treinamento dos usuários para 2014.	Contratação de serviços de implantação de versão atualizada de licenças do Sistema ERP da empresa TOTVS S/A, através de dispensa de licitação, não ocorrendo a aquisição prevista.	80.000,00	-	Sim	-

6. Objetivo:
Sistema de Registro de Frequência

Ação:
Implantar Sistema de registro eletrônico de frequência

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Levantamento das opções existentes no mercado. Análise das opções e definição daquela a ser adotada, desde que compatível com o Sistema da Folha de Pagamento.	Normatização e utilização de banco de horas prorrogado para 2014.	Elaborada minuta de normativa que regule a frequência e utilização de banco de horas.	-	-	Sim	-

7. Objetivo:
Treinamento Técnico Operacional e Gerencial dos recursos humanos do PARANACIDADE.

Ação:
Desenvolvimento dos recursos humanos da organização.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Identificar clientela e possibilitar o treinamento demandado – programa de qualificação e treinamento.	[1]Elaboração do Programa e divulgação.	Treinados/qualificados 18 empregados. Treinados/qualificados 02 empregados sem custo.	41.747,73	Sim	-	-

Nota 1: Em decorrência da falta de verba, a Diretoria Executiva suspendeu o Programa de Qualificação e Treinamento a partir de 27/11/2013, não prejudicando os treinamentos em andamento.

8. Objetivo:
Equipar a Sede e os Escritórios Regionais com móveis, equipamentos de escritório, veículos e instalações físicas compatíveis com as necessidades do PARANACIDADE.

Ação:
Implementar apólice de seguros dos bens e equipamentos da entidade.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Instituir apólices de seguro contra roubo, incêndio e danos elétricos em móveis e equipamentos do PARANACIDADE, tanto nos Escritórios Regionais quanto na Sede, inclusive veículos.	Instituição de apólice para 06 imóveis, contra roubo, incêndio e danos elétricos em móveis e equipamentos e apólice para 30 veículos.	Renovada apólice para 06 imóveis e para 30 veículos.	8.300,00 (imóveis) 23.586,13 (veículos)	Sim	-	-
Renovação e adequação da frota de veículos da Entidade.	Agosto/2013.	Aquisição de 27 veículos para a Sede e Regionais.	918.000,00	Sim	-	-

9. Objetivo:
Implantação e atualização de Normas de Gestão e de Procedimentos do PARANACIDADE.

Ação:
Instituir Normas de Gestão e/ou de Procedimentos com a finalidade de estabelecer ações uniformes em toda organização, sempre que o assunto assim o recomende.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Revisões, atualizações e implantações.	Revisão de todas as normas internas/atualização.	Revisadas 5 Normas de Gestão, pendentes 4 delas e as adequações do Código de Conduta.	-	-	Sim	-

10. Objetivo:
Fixação da imagem do PARANACIDADE.

Ação:
Promover e participar de eventos e missões relevantes visando divulgar e fixar a imagem da instituição como centro de referência na sua área de atuação.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Planejamento, definição e implantação de estratégias de divulgação da empresa junto a organismos governamentais, levando-os a conhecer a experiência e o *Know-how* do PARANACIDADE para futuros acordos de cooperação técnica.	-	**a)** Recepção em maio/2013, de comitiva do BID, para dimensionar os componentes do Programa Paraná Urbano III, definir estudos econômicos financeiros e ambientais a serem desenvolvidos, além de recolher outras informações que se fizerem necessárias para o bom andamento das obras financiadas pelos Programas do PARANACIDADE e da SEDU.	-	Sim	-	-

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
		b) Participação do PARANACIDADE na 5ª Conferencia Estadual das Cidades – dias 13 a 15/08/2013, em Foz do Iguaçu.	-	Sim	-	-

11. Objetivo:
Adequação do arquivo técnico e documental, tanto do extinto FAMEPAR quanto do PARANACIDADE.

Ação:
Procedimentos relativos à guarda de toda documentação legal e técnica.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Implantação de Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos. Arquivamento dos documentos relativos ao PARANACIDADE.	**a)** Levantamento de dados – pesquisa e escolha do critério – software/ programa.	**a)** Implantação do Programa "Documentador" – da CELEPAR. **b)** Constituição de Comissão de Avaliação de Documento (CADOC) através da Portaria nº 04/SUP/13, de acordo com o Decreto 3575/2011.	[1]834,07	Sim	-	-
			-	Sim	-	-
	b) análise, classificação, arquivamento, digitalização e eliminação da documentação, sob a orientação do DEAP.	Analisadas 560 caixas de arquivo morto, dentre estas eliminadas 300.	-	-	Sim	-
	c) Manual para armazenamento de documentos.	Inicio da primeira versão do Manual.	-	-	Sim	-

Nota 1: O valor pago mensalmente é variável conforme a quantidade de arquivos que são postados no sistema. O valor apresentado refere-se aos pagamentos feitos de agosto a dezembro.

12. Objetivo:
Adequação e desenvolvimento da tecnologia da informação.

Ação:
Desenvolvimento da área de informática do PARANACIDADE, visando atender as diferentes e crescentes demandas, tanto interna quanto externa.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Reestruturação dos Sistemas de Informações, principalmente o SAM para adequá-lo às novas demandas da Entidade.	**a)** Implantar Sistema de Informação Integrado para Gestão (ERP), contemplando o fornecimento dos Subsistemas e Programas integrantes da Solução (Recursos Humanos, Compras, Estoques, Contas a Pagar, Finanças Contabilidade e Relatórios Gerenciais).	Contratação de serviços de implantação de versão atualizada de licenças do Sistema ERP da empresa TOTVS S/A, através de dispensa de licitação. Iniciada a migração dos dados.	[1]40.547,65	-	Sim	-
	b) Implantar as novas versões dos softwares de banco de dados SqlBase e da Linguagem Centura. -Adaptação Técnica das Novas Versões de Software de Banco de Dados e Linguagem de Desenvolvimento. -Mini-Curso de Uso das Novas Versões. -Conversão dos Aplicativos.	Criado ambiente de homologação para testar a migração do Banco de dados e Linguagem Centura, evitando assim possíveis problemas com funcionalidades dos sistemas com as novas versões.	[2]2.280,00	-	Sim	-

Nota 1: O Contrato de atualização da versão do sistema foi efetivado em Setembro/2013, o qual prevê a atualização do sistema em R$ 80.000,00 e mensalidades no valor de R$2.076,80. Até dezembro/2013 foram pagos R$24.547,65 de mensalidade e R$ 16.000,00 da primeira fase de implantação. O restante do contrato esta previsto no Plano de Ação Estratégica para 2014, com data de conclusão de implantação para maio/2014.

Nota 2: O valor é referente ao pagamento dos serviços executados no mês de Dezembro/2013, os quais fazem parte do contrato 013/2013 com a empresa Esfera Informática (Pregão Eletrônico nº2/2013), no valor de R$ 320.000,00, contrato esse que é pago conforme demanda. Esta atividade esta prevista Plano de Ação Estratégica para 2014, com data de conclusão para Dez/2014.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
	c) Implantar módulos dos aplicativos do sistema corporativo do PARANACIDADE (novo SAM), contemplando controle dos Convênios, construção de uma rotina no SAM para controle de Destaque de Capital e estendendo as funcionalidades do módulo Capacidade de Endividamento e outros que estão em fase de definição. Levantamento de Requisitos e Análise dos Processos das novas funcionalidades; Manutenção da Arquitetura (Modelo de Dados, especificação de Programas). Codificação dos Programas Testes de Sistema Implantação das novas funcionalidades; Contratação de serviços de terceiros.	Conforme já exposto no *item* acima, até dezembro de 2013 foi apenas criado o ambiente para testes dos novos produtos e o qual também será utilizado para a criação das novas funcionalida-des do sistema.	2.280,00	-	Sim	-

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Definição da nova plataforma de sistemas do PARANACIDADE e treinamento da Equipe que compõe a CTI para equalizar os conhecimentos técnicos e adquirir conhecimento e domínio de novas ferramentas de desenvolvimento de Sistemas.	**a)** Apresentar cenários atuais e futuros em relação às estratégias do SAM (realização de reuniões).	Foram realizadas várias reuniões para mapeamento de necessidades e problemas dentro do sistema SAM, os quais estão sendo tratados junto ao contrato de horas Centura.	-	-	Sim	-
	b) Definir a nova metodologia de desenvolvimento de sistemas a ser adotada pela CTI. - Estudo dos Métodos, Técnicas e Ferramentas mais utilizados para a função de Desenvolvimento de Sistemas. - Definição do novo modelo a ser adotado para o Ciclo de Desenvolvimento de Sistemas no PARANACIDADE.	Realizadas reuniões iniciais e definidos parâmetros para desenvolvimento de uma nova plataforma. Está em andamento o processo para aquisição de uma ferramenta SOA/BPM que será à base de desenvolvimento de novos sistemas.	-	-	Sim	-
	c) Avaliar os Softwares de Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas definidos no novo modelo do PARANACIDADE. Caso necessite de aquisição: - Elaboração do processo de compra dos novos softwares de apoio ao desenvolvimento de sistemas do PARANACIDADE.	Como já relatado em *itens* anteriores, está em andamento o processo de aquisição, onde já foram feitas as cotações, edital e termo de referência. O processo esta para análise do COSIT.	-	-	Sim	-

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
	d) Capacitar os Analistas da CTI para que passem a adotar o novo modelo de Desenvolvimento de Sistemas do PARANACIDADE.	Os treinamentos estão sendo previstos em cada aquisição, onde na compra de um novo produto já prevê o treinamento para a equipe.	-	-	Sim	-
Atualização dos softwares de automação de Escritório atualmente em uso no PARANACIDADE, para novas versões mais modernas e eficientes.	**a)** Elaboração do processo de compra (aproveitamento do registro de preços realizado pelo Estado)	Finalizado Termo de Referencia e o edital e encaminhando para análise do COSIT.	-	Sim	-	-
	b) Aquisição e Instalação dos equipamentos conforme cronograma a ser definido.	Foram adquiridos e instalados os equipamentos.	200.000,00	Sim	-	-
Análise, estudos e início da implantação de Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos aderente aos processos do PARANACIDADE visando diminuir ao máximo o volume de papéis que circulam e são armazenados na Entidade.	**a)** Levantamento de dados – pesquisa e escolha do critério (software, programa, etc.).	Contratação do software – Documentador – da CELEPAR.	*	Sim	-	-
Estudos para a implantação de Sistema Geral (corporativo) que contemple o acompanhamento e monitoramento das ações ao nível externo (Municípios entre outros) e interno (digitalização, acompanhamento e trâmite de toda documentação, integrando sistemas de GED e de Gestão).	**a)** Elaboração de plano de atividades.	Elaborado termo de referencia para aquisição de solução SOA/BPM, o qual irá integrar todos os sistemas internos e irá possibilitar a criação de novas ferramentas para auxiliar na informatização de todas as áreas.	-	-	Sim	-

***Nota 1:** Ver item 11, realizado “a”.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Implantação de Sistema para registro e controle de atividades – com acesso via web.	Avaliar custo benefício das alternativas existentes no mercado.	Obtida as alternativas existentes no mercado.	-	Sim	-	-
Processo de aquisição, implantação e treinamento dos usuá-rios.	Aquisição da solução.	Processo de aquisição em andamento, realizadas as cotações, edital e termo de referência. O processo esta para análise do COSIT.	3.000.000,00	-	Sim	-

13. Objetivo:
Divulgação do PARANACIDADE, suas ações e atividades.

Ação:
Instituição de veículo informativo próprio e outras formas de divulgar a Entidade, suas ações e atividades.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Construção de sistema interno para alimentação do Portal da Transparência, disponível no site do PARANACIDADE.	**a)** Desenvolvimento de lay-out de página.	Construção de projeto piloto.	-	Sim	-	-
	b) Coleta das informações; e procedimentalização.	Minuta de Manual do Sistema.	-	-	Sim	-
	c) Implantação e acompanhamento.	-	-	-	Sim	-

14. Objetivo:
Auditagem, por empresas de auditoria externa, das demonstrações financeiras do PARANACIDADE.

Ação:
Andamento dos trabalhos da empresa de auditoria externa contratada, como aprovado pelo Conselho de Administração.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Proceder à auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2013.	**a)** Contratação da empresa de Auditoria. **b)** O Parecer conclusivo da auditoria, esta previsto em contrato para fev./2014.			-	Sim	-

15. Objetivo:
Elaborar o Planejamento Anual do PARANACIDADE.

Ação:
Estabelecer plano de metas, objetivas e respectivos orçamentos.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Consolidação de metas e objetivos a alcançar no exercício, tanto na área administrativa - financeira como na operacional. Orçar receitas e despesas para atingir metas do programa de atividades e ações propostas.	Elaborar Plano de Ação Estratégica para 2014 e respectiva Proposta Orçamentária e Financeira.	Ambos foram aprovados pelo Conselho de Administração em 11/12/2013, bem como a Revisão Orçamentária e Financeira.	-	Sim	-	-

16. Objetivo:
Exercer a normatização, o controle e deliberar sobre as atividades e ações do PARANACIDADE. Supervisionar e coordenar as operações da Entidade.

Ação:
Efetivação de reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Administração, bem como da Diretoria Executiva.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Realizar as reuniões do Conselho de Administração.	Uma reunião ordinária a cada quatro meses e extraordinária, a qualquer tempo.	Quatro reuniões ordinárias e uma extraordinária.	-	Sim	-	-
Realizar reuniões da Diretoria Executiva para análise, aprovações, acompanhamento das atividades e ações de cada Diretoria e, ao mesmo tempo, estabelecimento de novas metas e objetivos.	Uma reunião mensal e extraordinária, a qualquer tempo.	Doze reuniões ordinárias e treze extraordinárias.	-	Sim	-	-

17. Objetivo:
Adequação da legislação do PARANACIDADE.

Ação:
Atualizar Lei de Criação, Estatuto Social e o Contrato de Gestão, em razão das alterações identificadas como necessárias para as atividades da empresa.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Alterações no Estatuto.	-	Em decorrência da criação de cargos na estrutura organizacional, foi aprovada a alteração do Estatuto em 11/06/2013 e seu respectivo registro em 25/10/2013.	-	Sim	-	-

18. Objetivo:
Adequação da legislação do FDU

Ação:
Identificar necessidades internas e externas da adequação do PARANACIDADE frente à gestão do FDU.

Plano Operacional	Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingida
Fortalecimento e proteção do SFM (Sistema de Financiamento Municipal). Atendimento a requisito estabelecido pelo BID.	Envio de Projeto de Lei, a Assembleia Legislativa do Paraná em maio/2013, cujo objetivo é: regular a utilização do SFM, seu objetivo e definir as atribuições de cada Entidade participante.	Projeto aprovado em agosto/2013, resultando na Lei 17.655/2013.	-	Sim	-	-

VII - RELATÓRIO OPERACIONAL

DIRETORIA DE OPERAÇÕES

1. Objetivo:

Apoio Técnico à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU.

Ação:

Programa RECAP (implementação de obras e serviços de recuperação, recape e/ou pavimentação de vias urbanas)

Plano Operacional: Efetuar análise, supervisão e acompanhamento de obras, elaborando medições e pareceres técnicos dos projetos realizados com recursos do Programa RECAP.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2013 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Execução de obras de pavimentação e/ou recapeamento. 33 projetos.	31 concluidos.	8.057.216,63	2.917.979,65	-	02 em execução	-

Nota 1: Critério adotado: foram quantificados os projetos realizados com recursos do Programa RECAP, concluídos ou ainda em execução e que apresentaram ao menos uma medição no ano de 2013. Convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Ação:

Programa de Auxílio aos Municípios PAM (visa contribuir com o desenvolvimento econômico e na equipamentação das municipalidades conveniadas)

Plano Operacional: Efetuar análise, supervisão, acompanhamento de obras e recebimento de bens, elaborando medições e pareceres técnicos de projetos realizados com recursos do Programa de Auxilio aos Municípios PAM.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2013 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Execução de obras e aquisição de equipamentos. 31 projetos.	22 concluidos.	10.113.231,71	6.002.977,92	-	09 em execução	-

Nota 1: Critério adotado: foram quantificados os projetos realizados com recursos do PAM, concluídos ou ainda em execução e que apresentaram ao menos uma medição no ano de 2013. Convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Ação:
Plano de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios PAM II (instituído pelo Decreto Estadual 7933/2013, o Plano tem como objetivo contribuir com o desenvolvimento econômico e na equipamentação das municipalidades do Paraná com população inferior a 50.000 habitantes e contemplados pelo Programa Família Paranaense).

Plano Operacional: Efetuar análise, supervisão e acompanhamento de obras e recebimento de bens, elaborando medições e pareceres técnicos de projetos realizados com recursos do PAM II.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2013 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Execução de obras e aquisição de equipamentos. 43 projetos	39 concluidos.	8.180.985,63	7.965.682,17	-	04 em execução	-

Nota 1: Critério adotado: foram quantificados os projetos realizados com recursos do PAM II, concluídos ou ainda em execução e que apresentaram ao menos uma medição no ano de 2013. Convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Ação:
Assessoria Técnica na elaboração de convênios e contratos, relativos a projetos a serem desenvolvidos pelos Municípios e/ou outros executores.

Plano Operacional: Contratos de empréstimos a serem formalizados pela Fomento Paraná (agente financeiro) com os Municípios.

A) Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - ^{2}SFM

A.1) Análise prévia da documentação relativa as operações de crédito para envio à STN

Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
-	Operações aprovadas na [1]STN.	269.622.000,00	Sim	-	-
	Operações em análise na STN.	85.710.000,00	Sim	-	-

A.2) Operações contratadas.

Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
-	132 contratos	192.683.315,00	Sim	-	

B) Programa para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras do Estado do Paraná – [3]PROMAP II.

B.1) Análise prévia da documentação relativa as operações de crédito para envio à STN.

Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
-	Operações aprovadas na [1]STN	44.145.000,00	Sim	-	-
	Operações em análise na STN	13.302.000,00	Sim	-	-

B.2) Operações contratadas.

Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
-	39 contratos	20.130.300,00	Sim	-	-

C) Programa [4]Pró-Transporte (FGTS)

C.1) Operações contratadas.

Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
-	1 contrato	3.520.717,33	Sim	-	-

Nota 1: A aprovação pela STN do PVL (Pedido de Verificação de Limites) permite a contratação da operação durante o prazo de validade da mesma. A contratação pode ser feita em dois momentos distintos: logo após a aprovação da operação de crédito; ou após autorização de licitação da ação financiada. A escolha do momento é feita de acordo com o comprometimento no cumprimento de prazos e na apresentação de projetos e documentos pelo Município.

Nota 2: SFM – são recursos do FDU que foram capitalizados na FOMENTO PARANA ao longo do tempo. Os recursos hoje se dividem em destaque de capital e amortizações, neste último caso, o retorno dos financiamentos já realizados aos municípios.

Nota 3: PROMAP II – Recursos da FOMENTO PARANA definidos e fixados em Termo de Cooperação, destinados à aquisição de equipamentos rodoviários.

Nota 4: Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade urbana – PRO – TRANSPORTE, regulamentado pela Instrução Normativa nº 41 de 24/10/2012, do Ministério das Cidades, foi implementado de forma a propiciar o aumento da mobilidade urbana, da acessibilidade, dos transportes coletivos e urbanos e da eficiência dos prestadores de serviço, sendo voltado ao financiamento do setor público e privado, a implantação de sistemas de infraestrutura de transporte coletivo urbano e a mobilidade urbana, atendendo prioritariamente áreas de baixa renda.

2. Objetivo:
Promoção de parcerias com entidades públicas e privadas visando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

Ação:
Operacionalização de sistemas junto a Agência de Fomento do Paraná S/A.

Plano Operacional 1: Inserir o Sistema Plano de Contas, junto ao SAM para gerenciamento do SFM (Sistema de Financiamento de Ações Municipais):
Fases: Elaboração; Informatização e Geração de Relatórios.

Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Conclusão e implantação em dez./2012.	Somente a etapa de elaboração.	-	-	Sim	-

Plano Operacional 2: Revisão do Regulamento Operacional Geral do SFM.

Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Pendente a Resolução da SEDU.	-	-	-	Sim	-

Ação:
Desenvolvimento de Projetos de Saneamento.

Plano Operacional 1: Desenvolvimento de [1]projetos de saneamento em parceria com a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.

Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Desenvolvimento de projetos em cidades com menos de 100 mil habitantes.	Concluído em 15/07/2013.	-	Sim	-	-

Nota 1: Obras de implantação ou ampliação de sistemas de esgotamento sanitário e obras visando à eliminação de passivos ambientais, em municípios da área de concessão da SANEPAR.

Ação:

Desenvolvimento do Programa de Unidades de Atenção Primária – Saúde da Família, antigo Centros de Saúde de Atenção à Mulher e à Criança.

Plano Operacional: Desenvolvimento do [1]Programa, relativo aos Convênios nº 001/2007, 003/2010 e 005/2010, que estabelecem cooperação entre a SEDU, o PARANACIDADE e a SESA, com a interveniência dos municípios paranaenses indicados pela SESA e que a eles aderiram, para construção de unidades de saúde.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2013 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
- Convenio 1/2007 – construção de Unidades de Saúde. 02 projetos.	02 concluidos.	567.288,07	54.212,32	Sim	-	-
- Convenio 3/2010 – construção de Unidades de Saúde. 10 projetos.	04 concluidos.	3.452.862,66	1.603.291,11	-	06 em execução.	-
- Convenio 5/2010 – construção de Unidades de Saúde. 11 projetos.	-	3.665.773,23	996.123,80	-	11 em execução.	-

Nota 1: Esse programa visa dar continuidade às ações decorrentes da implantação do Pacto Estadual pela Vida.

Nota 2: Critério adotado: as quantidades apresentadas referem-se a projetos que apresentaram medição no ano de 2013, que se encontram em execução e/ou foram concluídos no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Ação:
Desenvolvimento do Programa Bombeiro Comunitário.

Plano Operacional 1: Desenvolvimento do [1]Programa Bombeiro Comunitário, em parceria com a Casa Militar da Governadoria, a Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP e a Polícia Militar do Paraná - PMPR/Corpo de Bombeiros – CCB.

Previsto	Realizado	[2]Valor Global (R$)	Valor Medido em 2013 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
[3,4]Construção de Prédio do Posto de Bombeiro Comunitário. 02 projetos.	01 concluído.	808.035,48	242.964,57	-	01 em execução.	-

Nota 1: O programa prevê o financiamento da construção de prédio do Posto de Bombeiro Comunitário em municípios do Estado, visando regularizar serviços de combate a incêndios e ações da Defesa Civil.

Nota 2: Dos recursos para construção das obras, 20% são a fundo perdido, provenientes da renda líquida do FDU, e 80% a título de empréstimo, provenientes do FDU.

Nota 3: Critério adotado: as quantidades apresentadas referem-se a projetos com pelo menos uma medição no ano de 2013, que se encontram em execução e/ou foram concluídos no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Nota 4: Convênio com o Município de Querência do Norte, encontra-se expirado, impossibilitando o repasse de recursos para a conclusão da obra, estando em fase de estudo para solução do fato.

Ação:
Desenvolvimento do Programa Centros da Juventude.

Plano Operacional 1: Desenvolvimento do [1]Programa Centros da Juventude em parceria com a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2013 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
[1,2]Construçao de centros da juventude. [3]09 projetos.	Concluídas fisicamente 06 obras.	16.825.571,55	159.806,22	-	Sim	-

Nota 1: Os recursos para execução do objeto deste convênio são oriundos do Fundo para a Infância e Adolescência – FIA/PR.

Nota 2: No quadro foram quantificados os projetos concluídos ou ainda em execução com recursos do Programa.

Nota 3: No exercício de 2013 foram concluídas fisicamente 06 obras, 01 encontra-se sob demanda judicial e 02 foram rescindidas, estando em fase de negociação com a SEDS sua continuidade.

Nota 4: O Programa original previa a construção de 31 unidades, 29 destas foram operacionalizadas pelo PARANACIDADE ao longo da vigência do Convênio (o referente a 2013, encontra-se no quadro acima), 02 unidades ainda não foram iniciadas (Guarapuava e Londrina), cabendo a SEDS a decisão sobre a continuidade ou não da ação.

Ação:

Desenvolvimento do Programa de Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

Plano Operacional: Desenvolvimento do [1]Programa Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, relativo ao Convênio nº 023/2009, celebrado entre a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU, o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, e os municípios que a ele aderiram.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2013 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Construção de prédio de Centro de Referência de Assistência Social. [2]08 projetos.	03 concluídos.	1.359.195,66	963.881,02	-	05 em execução.	-

Nota 1: Os recursos para a construção das unidades são provenientes: - 100% não reembolsáveis do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, no caso de municípios localizados no Centro Expandido;
- 70% dos recursos não reembolsáveis do FEAS e os 30% restantes, provenientes do Programa Paraná Urbano e Agência de Fomento do Paraná, tomados pelos municípios na forma de operação de crédito, no caso de municípios não localizados no Centro Expandido.

Nota 2: Critério adotado: as quantidades apresentadas referem-se a projetos com pelo menos uma medição no ano de 2013, que se encontram em execução e/ou foram concluídos no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Ação:
Desenvolvimento do Programa de Escolas Municipais.

Plano Operacional 1: Desenvolvimento do [1]Programa Escolas Municipais relativo ao Convênio nº 007/2010, celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação – SEED, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU, o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE e os municípios que a ele aderiram.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2013 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Construção de Escolas Municipais. [2]06 projetos.	Concluídos 02.	19.746.818,17	275.309,23	-	04 em execução.	-

Nota 1: Dos recursos necessários para a execução do objeto do presente convênio, R$ 50.000.000,00 serão oriundos de dotação orçamentária da SEED, não reembolsáveis, dotação orçamentária 4103.12361012.151 – elemento de despesa 4450.5101 – Construção de Edifícios Públicos, fonte 116-SEQ e 145-FUNDEB, e contrapartida dos Municípios em valor estimado em 30% do valor total da obra, a ser obtido por meio de financiamento ou outras fontes de recursos.

Nota 2: Critério adotado: as quantidades apresentadas referem-se a projetos em andamento no ano de 2013, que se encontram em execução e/ou foram concluídos no período em questão e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Ação:
Desenvolvimento do Programa para Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras do Estado do Paraná – PROMAP II.

Plano Operacional 1: Realizar o recebimento dos equipamentos, elaborando medições dos projetos realizados com recursos do PROMAP II, que conta com recursos próprios da Fomento Paraná.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2013 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Aquisição de equipamentos. 14 projetos.	Concluído 14.	5.091.250,00	5.091.250,00	Sim	-	-

Nota 1: As quantidades apresentadas referem-se a projetos com medição no ano de 2013 e convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto.

Ação:
Programa SEDU/PARANACIDADE Interativo

Plano Operacional 1: Desenvolvimento, implementação e implantação do Sistema.

Previsto	Realizado	Valor pago em 2013 (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Desenvolvimento, implantação e implementação do Sistema.	Sistema em desenvolvimento.	-	-	Sim	

Ação:
Estabelecimento de cooperação técnica entre a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o PARANACIDADE.

Plano Operacional 1: Celebração de termo de cooperação técnica para definição de convenções de representações cartográficas de mapas temáticos urbanos.

Previsto	Realizado	Valor pago em 2013 (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Definição de convenções de representações cartográficas de mapas temáticos urbanos – sistema viário. Apresentação de Caderno Técnico.	-	-	Sim	-	-

3. Objetivo:
Desenvolvimento e Fortalecimento Institucional

Ação:
Supervisão, elaboração e implementação de Planos Diretores Municipais, cumprindo o Estatuto da Cidade e a Lei Estadual nº 15.229 de 25 de julho de 2006.

Plano Operacional 1: Ações referentes a planejamento urbano e regional, considerando as diretrizes e os instrumentos do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001) e Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná – PDU.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Manutenção de dados de matriz referente à existência de Planos Diretores Municipais e legislação específica vigentes nos 399 municípios do Estado do Paraná.	Manutenção permanente (ano de 2013: 297 municípios com todas as leis aprovadas, 69 municípios com parte das leis aprovadas, 24 municípios com PDMs em elaboração e 9 municípios sem PDMs).	-	-	-	Sim	-
Acompanhamento de execução, análise e emissão de Pareceres Técnicos sobre Planos Diretores Municipais executados pelos municípios, com equipes técnicas próprias ou com contratação de consultoria, com recursos próprios ou de outras fontes, para efeito do enquadramento das exigências à Lei Estadual nº 15.229, de 25 de julho de 2006.	Atendidos 24 Municípios que elaboram Planos Diretores Municipais, com equipes técnicas próprias ou com contratação de consultoria, com recursos próprios (11 municípios concluíram seus PDMs, no ano de 2013 e 13 Municípios continuam a elaborá-los).	-	-	-	Sim	-
Verificação dos vértices dos polígonos dos perímetros urbanos dos municípios e manutenção de arquivos dos mesmos.	-	-	-	-	Sim	-

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Elaboração de mapas temáticos com delimitação de áreas de estudo, regiões e microrregiões urbanas e identificação de hierarquia funcional de vias urbanas de 36 municípios com maiores populações urbanas do Estado.	Ainda não concluído.	-		-	Sim	-
Acompanhamento pós relatoria de Planos Diretores Municipais junto ao Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense – COLIT.	Ainda não concluído.	-	-	-	Sim	-
Participação na Campanha Plano Diretor Participativo, lançada pelo Ministério das Cidades, disponibilizando e fazendo a manutenção da lista de conversação.	Mantida a lista de conversação viabilizada a partir da Campanha.	-	-	-	Sim	-
Elaboração de Manual sobre Sistema Viário Urbano, em compatibilidade com o Código de Trânsito Brasileiro – CTB.	-	-	-	-	Sim	-
Revisão de Termo de Referência para elaboração de Plano Diretor Municipal (com recursos do Tesouro Estadual).	Atendidos 9 Municípios.	-	-	Sim	-	-
Elaboração de Termo de Referência para revisão de Plano Diretor Municipal, no máximo a cada 10 anos, conforme prevê o Estatuto da Cidade.	-	-	-	-	Sim	-

Ação:
Desenvolver a qualificação técnica e operacional dos quadros técnicos das municipalidades do Estado.

Plano Operacional 1: Elaboração de Plano de Capacitação externa (clientes do PARANACIDADE).

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Formação de Grupo de Trabalho para coordenação dos cursos	Elaboração de estudos.	-	-	-	Sim	-
Levantamento das necessidades do cliente externo, nas áreas de: Planejamento Urbano; Urbanismo; Obras e Serviços Públicos; Financeira; Tributária; e Jurídica.	-	-	-	-	Sim	-
Averiguação de espaços e instrutores.	-	-	-	-	Sim	-
Elaboração de cronograma e custos relativos as fases de implementação.	-	-	-	-	Sim	-
Definição dos cursos	-	-	-	-	Sim	-
Realização de Relatório de Avaliação das etapas.		-	-	-	Sim	-

Ação: Desenvolver ações e Planos que contribuam para a melhoria e fortalecimento da gestão municipal.

Plano Operacional 1: Elaboração de um Plano de Monitoramento de Projetos Urbanos.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Definição de critérios de supervisão de projetos urbanos.	-	-	-	-	Sim	-
Definição de Amostra de Projetos a serem monitorados.	-	-	-	-	Sim	-
Realização do monitoramento.	-	-	-	-	Sim	-
Relatório de Avaliação das etapas.	-	-	-	-	Sim	-

Plano Operacional 2: Elaboração de um Plano de Fortalecimento Institucional de Municípios.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Elaboração de Manual de Diagnóstico Institucional	Elaboração de estudos.	-	-	-	Sim	-
Definição de amostras de Municípios	-	-	-	-	Sim	-
Aplicação do Manual Diagnóstico Institucional	-	-	-	-	Sim	-
Relatório de Avaliação dos Municípios participantes.	-	-	-	-	Sim	-
Definição de projetos institucionais a serem implementados pelos Municípios.	-	-	-	-	Sim	-

4. Objetivo:
Apoio, Análise e Assistência Jurídica aos Municípios.

Ação:
Assessorar, analisar e emitir pareceres em processos licitatórios, termos aditivos e demais questões que envolvam a concessão de empréstimos e/ou subempréstimos.

Plano Operacional 1: Orientação e análise técnica jurídica nos processos licitatórios e termos aditivos de contratos de projetos do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios - SFM, emitindo os respectivos pareceres.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Analisar e emitir pareceres jurídicos aos processos licitatórios referentes a projetos do Sistema de Financiamento de Ações Municipais – SFM/FDU/ Renda Líquida/ Programa RECAP.	Emitidos 295 pareceres em aditivos. Emitidos 221 pareceres em licitações (RECAPE).	-	-	Sim	-	-

5. Objetivo:
Apoio e elaboração de documentos licitatórios para implementar investimentos e desenvolvimento institucional.

Ação:
Elaboração de Editais de Licitação.

Plano Operacional 1: Elaboração de documentos licitatórios na área de Investimentos em Infraestrutura Básica Municipal do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – SFM e demais Programas desenvolvidos pelo PARANACIDADE.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Elaborar editais de licitação, conforme modelos na área de Investimentos em Infraestrutura Básica Municipal e demais Programas, para fornecimento aos municípios.	Elaborados 663 editais.	-	-	Sim	-	-

6. Objetivo:
Apoio na elaboração e execução de projetos em municípios.

Ação:
Desenvolvimento de atividades e projetos voltados à recuperação do litoral paranaense.

Plano Operacional 1: Apoio técnico na elaboração do [1]projeto executivo da orla marítima do Município de Matinhos, visando a sua recuperação.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Análise técnica do processo licitatório; e Análise técnica dos projetos executivos de engenharia.	Concluído.	-	-	Sim	-	-

Nota 1: Projeto realizado em parceria com o Instituto das Águas do Paraná.

Ação:
Desenvolvimento de atividades e projetos voltados ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional 1: Elaboração de Termo de Referência, realização de processo licitatório e contratação de serviços especializados para elaboração de projetos específicos.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Projeto: - *Parques Urbanos Municipais:* Projeto Padrão de Equipamentos e projeto de implantação de parques dentro do Programa de Parques Urbanos Municipais. - Projeto Executivo Padrão: .Barracão Industrial .Pavimentação	-	-	-	-	[1]Sim	-

[1]**Plano Operacional 2**: Análise e recebimento dos projetos contratados e processamento da documentação relativa ao pagamento.

Previsto	Realizado	Valor Global (R$)	Valor (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
-	-	-	-	-	[1]Sim	-

Nota 1: O plano operacional em questão previa a partir da definição do Termo de Referencia, a realização de processo e contratação de serviços especializados para elaboração dos projetos para implantação de Parques Municipais, Barracão Industrial e Pavimentação. Por falta de critérios para mensurar a demanda, imposto pelo período eleitoral e mudança de gestores nas administrações municipais, decidiu-se por suspender a evolução da ação, restando apenas o prefalado. Termo de Referência – concluído em 2012. Nova deliberação, suprida as carências apontadas, será submetida ao Conselho de Administração.

7. Objetivo:
Análise e Assistência Técnica a Municípios.

Ação:
Realizar as análises, medições, acompanhamento, recebimento e monitoramento de atividades (obras e bens) voltadas ao desenvolvimento municipal.

Plano Operacional 1: Efetuar análise, supervisão, acompanhamento de obras e recebimento de bens, elaborando medições e pareceres técnicos de projetos realizados com recursos do Sistema de Financiamento de Ações Municipais – SFM.

Previsto	[1]Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2013 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Barracão Industrial II (03)	01	1.130.193,25	519.853,33	-	02	-
Câmara Municipal (02)	01	786.452,35	126.759,46	-	01	-
Capela Mortuária (03)	03	863.042,56	348.385,90	Sim	-	-
Centro Comunitário (01)	01	434.998,27	22.216,22	Sim	-	-
Centro da Juventude (01)	01	5.223.106,37	27.612,50	Sim	-	-
Centro de Convivência de Idosos (02)	02	763.267,26	208.002,36	Sim	-	-
Ciclovia (01)	01	90.347,92	80.114,44	-	01	-
Clube da Gente (03)	-	8.330.097,74	4.063.375,60	-	03	-
Drenagem Urbana (01)	01	2.266.380,91	473.319,37	Sim	-	-
Equipamentos para Paço Municipal (04)	04	139.628,00	139.628,00	Sim	-	-
Equipamentos para Teatro Municipal (01)	-	909.800,00	657.148,00	-	01	-
Equipamentos Rodoviários (20)	20	11.184.349,00	11.184.349,00	Sim	-	-
Escola de Música (01)	01	4.436.719,09	4.442.834,49	Sim	-	-
Escola Municipal (03)	03	4.481.480,96	1.868.329,55	Sim	-	-
Estádio Municipal (01)	01	361.970,87	98.514,43	Sim	-	-
Estrada Vicinal Municipal (01)	01	1.179.719,81	271.337,31	Sim	-	-

Previsto	[1]Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2013 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Ginásio de Esportes (04)	01	9.346.468,05	916.789,29	-	03	-
Hospital (03)	02	2.302.198,82	626.718,22	-	01	-
Infraestrutura Básica Municipal (01)	01	2.163.442,38	1.977.133,42	Sim	-	-
Paço Municipal (05)	03	6.097.301,57	2.748.830,05	-	02	-
Parque Municipal (01)	01	247.700,00	101.586,34	Sim	-	-
Parque e Áreas Verdes (01)	01	3.411.426,32	2.652.006,96	Sim	-	-
Pavimentação de Vias Urbanas (133)	92	157.721.745,83	66.521.870,73	-	41	-
Ponte (01)	01	1.675.402,72	1.304.255,43	Sim	-	-
Posto de Saúde (02)	02	1.333.164,47	396.337,64	Sim	-	-
Praça (05)	03	1.984.261,26	1.022.382,43	-	02	-
Quadra de Esportes (03)	01	320.286,14	107.902,85	-	02	-
Terminal Rodoviário Urbano (01)	01	286.282,46	65.884,90	Sim	-	-
Terreno para Área Industrial (03)	03	919.600,00	919.600,00	Sim	-	-
Terreno para Conjunto Habitacional (06)	06	2.705.000,00	2.705.000,00	Sim	-	-

Previsto	[1]Realizado	Valor Global (R$)	Valor Medido em 2013 (R$)	Situação		
				Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Urbanização/Calçadas (09)	05	11.014.665,38	3.659.198,41	-	04	-
Veículo para Saúde (02)	02	272.000,00	272.000,00	Sim	-	-
Total: 228	165	244.382.499,76	106.529.256,03	63 em execução		

Nota 1: Critério adotado: foram quantificados os projetos financiados com recursos do SFM, concluídos ou ainda em execução e que apresentaram ao menos uma medição no ano de 2013. Convencionou-se que cada lote de licitação corresponde a um projeto distinto.

Plano Operacional 2: Efetuar análise e aprovação de projetos, e respectivas alterações, a serem realizados com recursos do Sistema de Financiamento de Ações Municipais – SFM e demais Programas desenvolvidos pelo PARANACIDADE.

Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Análise e aprovação de projetos.	Projetos em fase de análise (status: cadastrados e em análise) Total: 42 21 do PPU 20 do PAM II 01 do PAM	-	-	Sim	-
	Projetos aprovados (status: analisados e lote montado) Total: 521 153 do PPU 39 PROMAP II 01 PRÓTRANSPORTE-FGTS 02 RECAP 10 PAM 267 PAM II 24 AUXÍLIO MUNICÍPIOS – SEDU 17 PROJ. CALÇADAS PR 08 UNIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA – SAÚDE DA FAMÍLIA	-	Sim	-	-

8. Objetivo:
Apoio na elaboração do Programa Paraná Urbano III.

Ação:
Preparação de documentos que comporão o PPU III.

Plano Operacional 1: Preparação da documentação técnica visando a [1]contratação da operação de crédito externo junto ao BID.

Previsto	Realizado	Valor (R$)	Situação		
			Atingido	Em Andamento	Não Atingido
Documentos iniciais restantes: a) Proposta de Desenvolvimento de Operação b) Contratação	Início da elaboração da Proposta de Desenvolvimento de Operação.	-	-	Sim	-

Nota 1: A contratação do PPU III foi postergada pelo BID para o ano de 2014.

VIII - ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

NOTA: Os valores apresentados nas ações operacionais referem-se aos medidos, ou seja, serviços que foram executados de acordo com o contratado, no entanto, podem divergir dos valores efetivamente pagos, pois estes para se concretizarem são dependentes do cumprimento de outros critérios, como por exemplo certidões negativas.

Os aspectos orçamentários, financeiros e contábeis do PARANACIDADE/FDU, relativos ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2013 estão adiante apresentados nos seguintes documentos:

I - Demonstrativos Orçamentários PARANACIDADE

- Recursos;
- Desembolsos;
- Comparativos de Recursos e de Desembolsos.

II - Demonstrativos Orçamentários FDU

- Recursos;
- Desembolsos;
- Comparativos de Recursos e de Desembolsos.

III - Demonstrativo Gerencial de Origens e Aplicações de Recursos PARANACIDADE

IV - Demonstrativo Gerencial de Origens e Aplicações de Recursos FDU

V - Demonstrações Contábeis – do Serviço Social Autônomo – PARANACIDADE e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU.

- Balanços Patrimoniais;
- Demonstrações de Resultado;
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa;
- Notas explicativas às Demonstrações Financeiras;
- Quadro de Resultados Econômico-Financeiros.

VI - Parecer da Auditoria Externa

Nota*:*

O PARANACIDADE nos termos do Contrato de Gestão firmado com o Estado do Paraná disponibilizará, para conhecimento público, os seus balancetes, balanços e demais documentos comprobatórios da exatidão e do correto cumprimento de sua missão, compromissos e objetivos.

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

- **DEMONSTRATIVOS ORÇAMENTÁRIOS PARANACIDADE**

COMPARATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2013

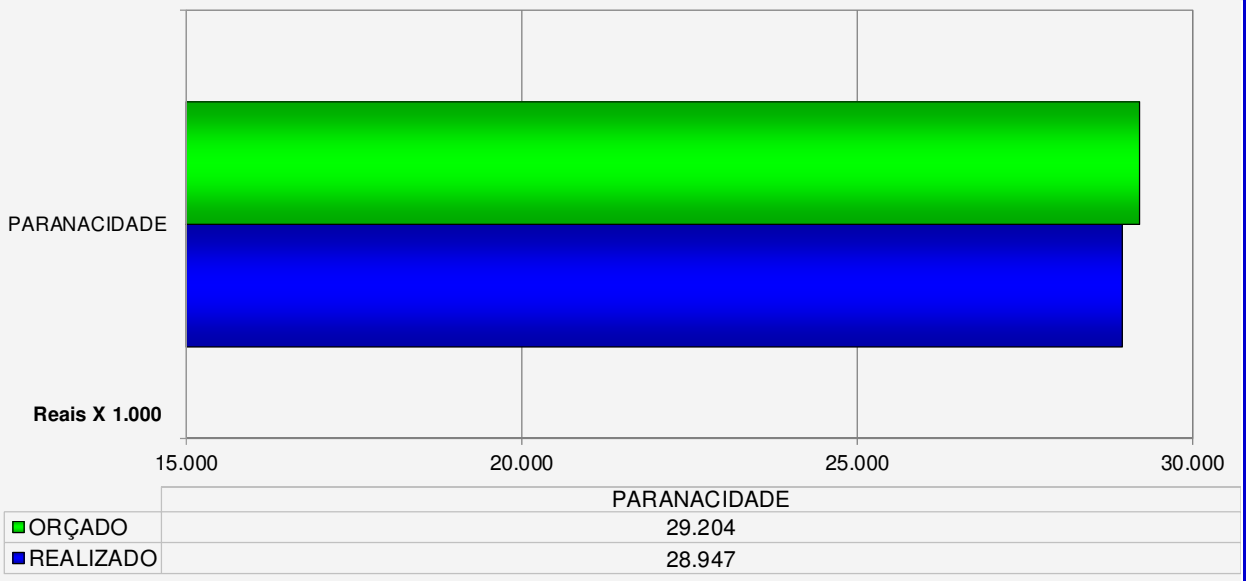
R$ 1,00

APLICAÇÕES / AÇÕES

PARANACIDADE		ORÇADO	REALIZADO	DIFERENÇA (Orçado - Realizado)	REALIZAÇÃO %
MANUTENÇÃO	Pessoal	23.492.166	23.896.810	-404.644	101,72
	Custeio	3.131.783	3.030.323	101.460	96,76
	Investimentos	2.580.022	2.020.022	560.000	78,29
TOTAL - PARANACIDADE		**(*) 29.203.971**	**28.947.155**	**256.816**	**99,12**

(*) Aprovado na 130ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Paranacidade.

ORÇADO x REALIZADO



	PARANACIDADE
ORÇADO	29.204
REALIZADO	28.947

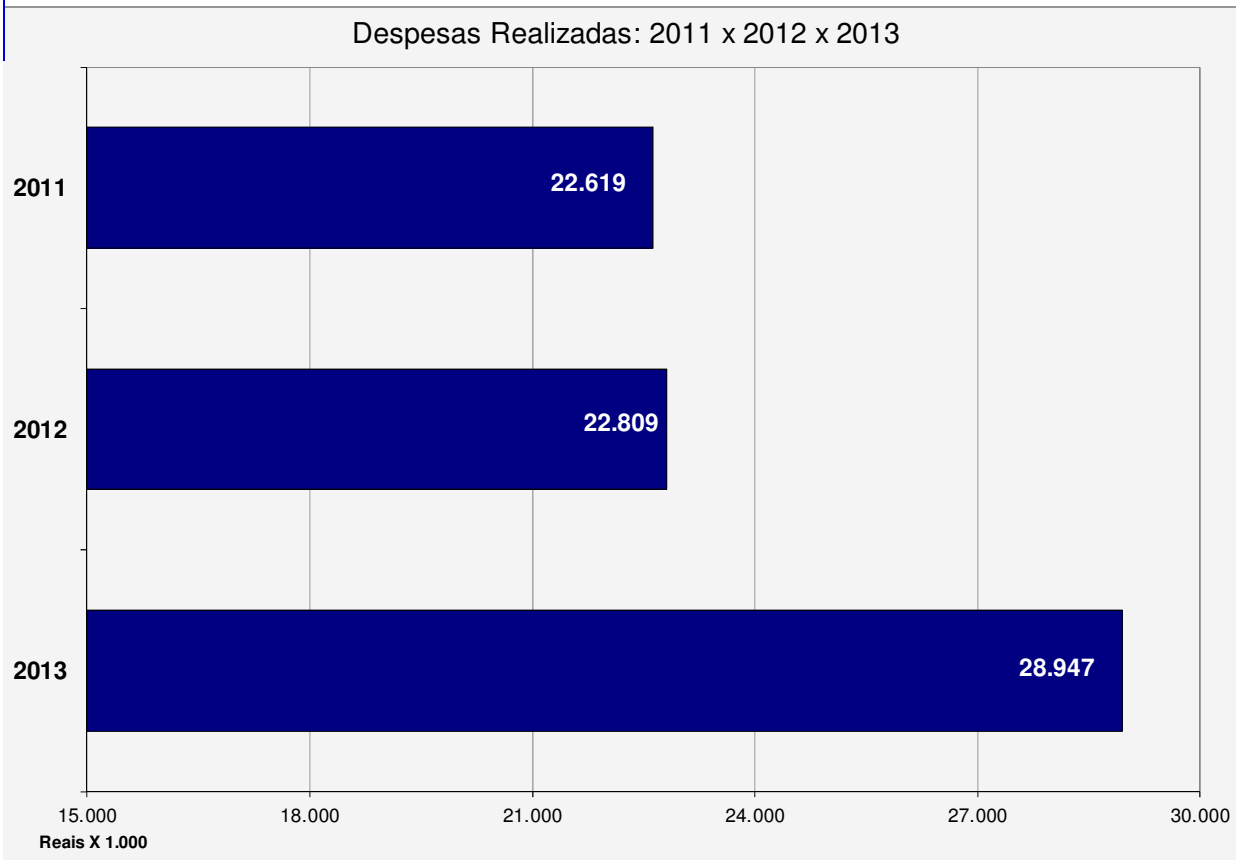
Percentual realizado **99,12%**

COMPARATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS

EXERCÍCIOS 2011 - 2012 - 2013

R$ 1,00

APLICAÇÕES / AÇÕES		Valores Nominais			Variação %	
PARANACIDADE		**2011**	**2012**	**2013**	**2012 X 2011**	**2013 X 2012**
MANUTENÇÃO	Pessoal	18.560.664	20.382.089	23.896.810	9,81	17,24
	Custeio	2.098.863	2.426.459	3.030.323	15,61	24,89
	Investimento	-	-	2.020.022	-	-
	Impostos/Taxas/Contribuições	405.844	-	-		
	Impostos AFPR S/A	1.553.138	-	-		
TOTAL - PARANACIDADE		**22.618.509**	**22.808.548**	**28.947.155**	**0,84**	**26,91**



Evolução nos Despesas: 2012 x 2011 = 0,84%
2013 x 2012 = 26,91%

COMPARATIVO DAS RECEITAS NO EXERCÍCIO 2013

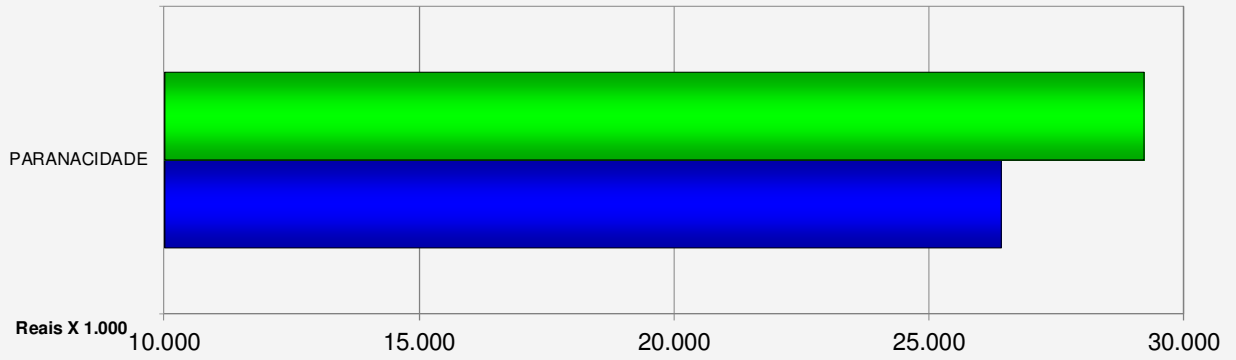
ORÇADO X REALIZADO

R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	ORÇADO (a)	REALIZADO (b)	DIFERENÇA (a - b)	REALIZAÇÃO %
PARANACIDADE					
- ATO CONJUNTO / Agência de Fomento - SFM PPU II	-	6.172.885	5.838.126	334.759	94,58
- CONTRATO DE GESTÃO / Manutenção do PARANACIDADE	-	22.005.550	19.569.790	2.435.760	88,93
- OUTRAS RECEITAS / Rendimentos de aplicações financeiras	-	1.025.536	995.509	30.027	97,07
TOTAL		(*) **29.203.971**	**26.403.425**	**2.800.546**	**90,41**

(*) Aprovado na 130ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Paranacidade; e

ORÇADO x REALIZADO



	PARANACIDADE
ORÇADO	29.204
REALIZADO	26.403

R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	Saldo em 31/12/2013	
	PARANACIDADE (MANUTENÇÃO)	PARANACIDADE (Convênios)
RECURSOS EM CAIXA E BANCOS		
⇨ SALDO CONTA BANCÁRIA / APLICAÇÃO FINANCEIRA	9.070.515	28.074.381
TOTAL	**9.070.515**	**28.074.381**

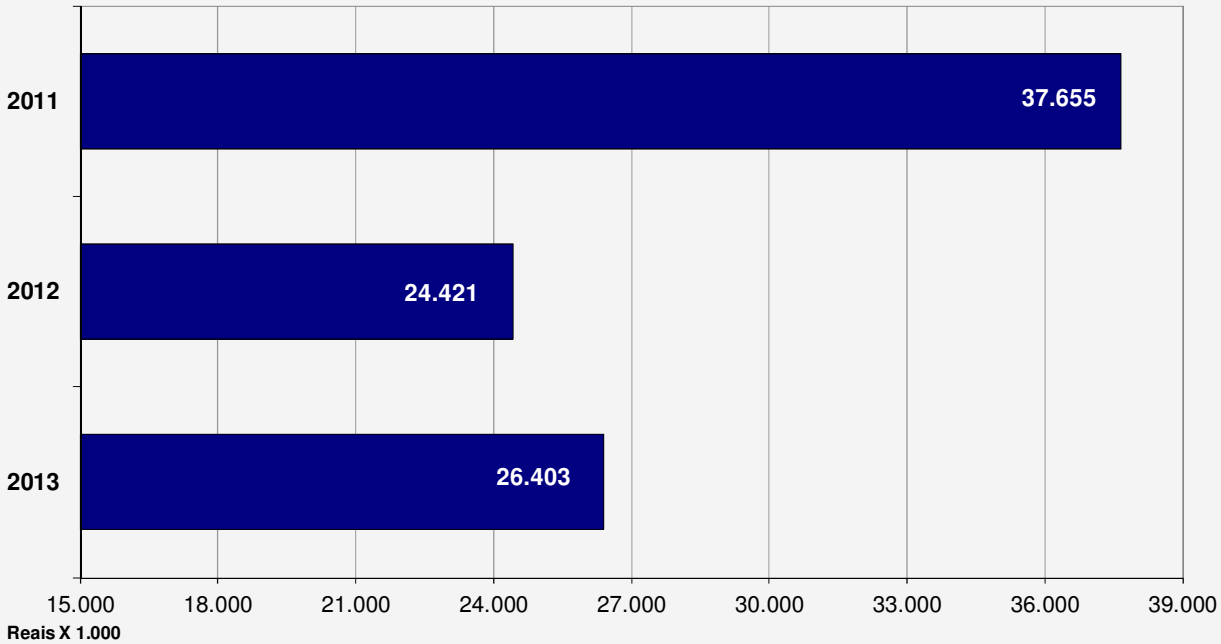
COMPARATIVO DAS RECEITAS

EXERCÍCIOS 2011 - 2012 - 2013

R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	2011	2012	2013	VARIAÇÃO %	
					2012 x 2011	2013 x 2012
PARANACIDADE						
- ATO CONJUNTO / Agência de Fomento - SFM PPU II	-	12.000.000	12.512.163	5.838.126	4,27	-53,34
- CONTRATO DE GESTÃO / Manutenção Paranacidade	-	24.700.000	10.971.608	19.569.790	-55,58	78,37
- OUTRAS RECEITAS / Rendimentos de aplicações financeiras	-	955.000	936.960	995.509	-1,89	6,25
TOTAL		**37.655.000**	**24.420.731**	**26.403.425**	**-35,15**	**8,12**

Total de Receitas: 2010 x 2011 x 2012



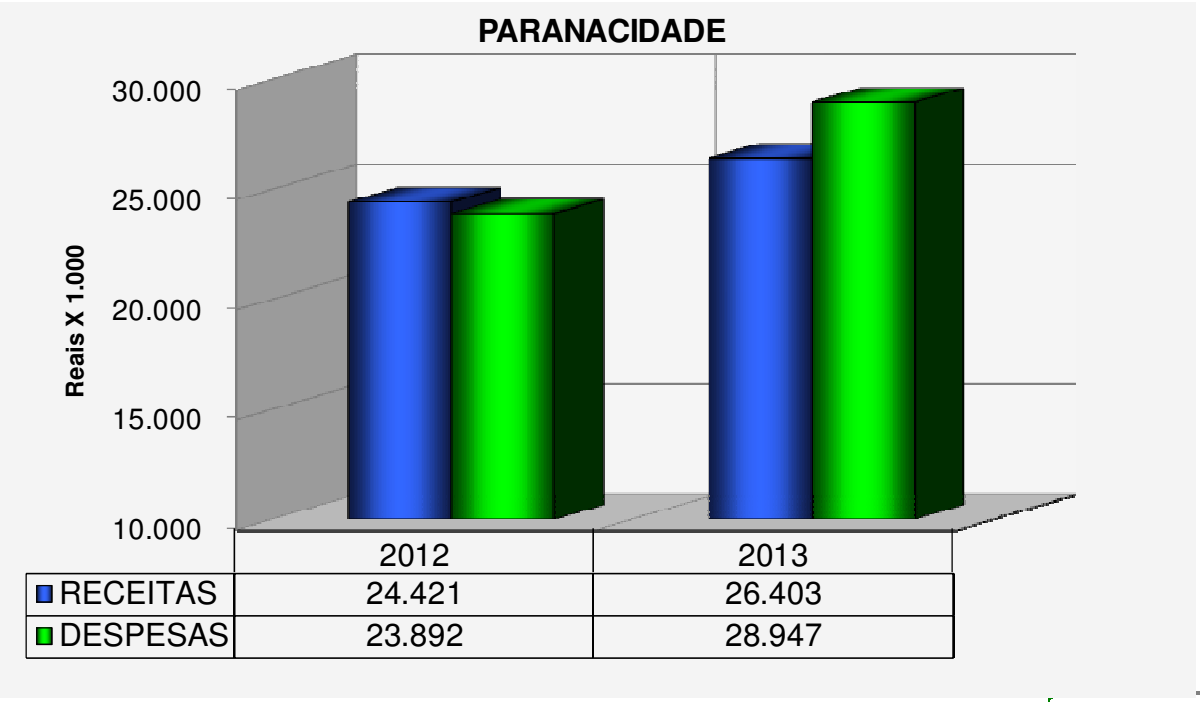
Evolução das Receitas: 2012 x 2011 = -35,15%
2013 x 2012 = 8,12%

COMPARATIVO RECEITAS X DESPESAS

REALIZADO em 2012 e 2013

R$ 1,00

DESCRIÇÃO	PARANACIDADE		VARIAÇÃO % (2013 x 2012)
	2012	2013	
RECEITAS	24.420.731	26.403.425	8,12
DESPESAS	23.892.353	28.947.155	21,16
DIFERENÇA (Receita - Despesa)	52.378	(2.543.730)	-4.956,49



R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	Saldo em	
	31/12/2012	31/12/2013
RECURSOS EM CAIXA E BANCOS (MANUTENÇÃO + CONVÊNIOS)		
⇨ SALDO CONTA BANCÁRIA / APLICAÇÃO FINANCEIRA	48.992.747	37.144.896
TOTAL	**48.992.747**	**37.144.896**

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

- **DEMONSTRATIVOS ORÇAMENTÁRIOS FDU**

COMPARATIVO DOS DESEMBOLSOS REALIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2013

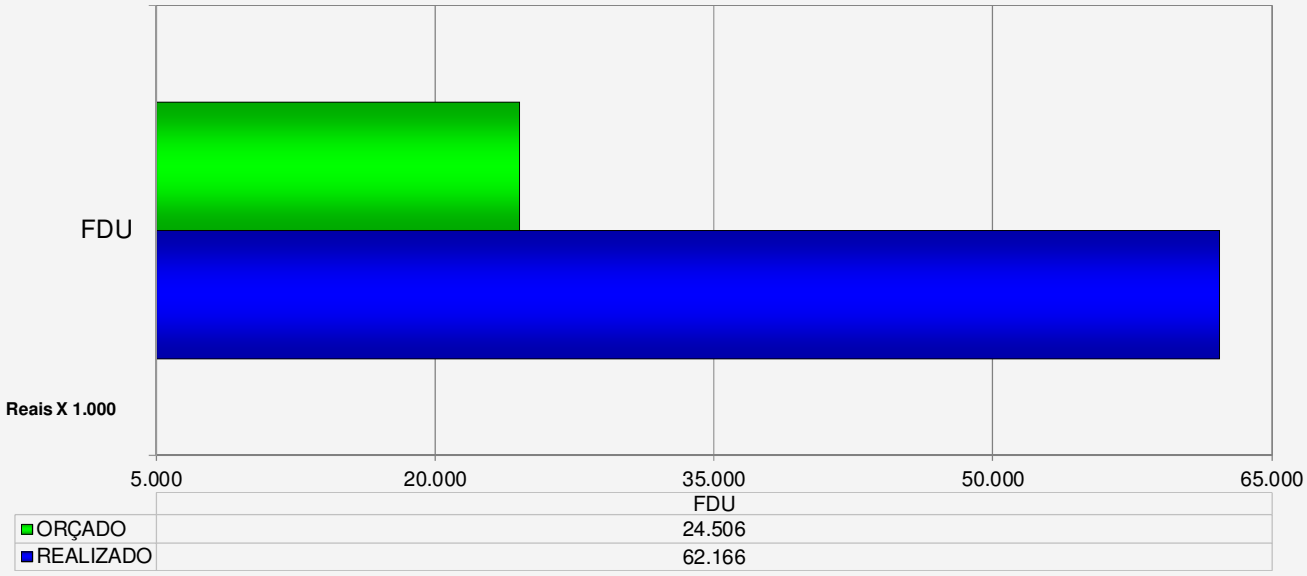
R$ 1,00

APLICAÇÕES / AÇÕES

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU			ORÇADO	REALIZADO	DIFERENÇA (Orçado - Realizado)	REALIZAÇÃO %
PROJETOS	FDU	Contrato de Gestão - Manutenção PARANACIDADE	22.005.550	19.569.790	2.435.760	88,93
		Transferência à SEFA	-	40.000.000	-40.000.000	
		.Quadras Cobertas, Posto de Bombeiros Comunitários, Pavimentações Vias Urbanas, Mercado do Peixe,Iluminação Pública,Hospital,Elaboração de Projetos,Drenagem Urbana,Creche, Barracão Industrial e Equipamentos	2.500.651	2.596.695	-96.044	103,84
TOTAL - FDU			(*) **24.506.201**	**62.166.485**	**(37.660.284)**	**253,68**

(*) Aprovado na 130ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Paranacidade.

ORÇADO x REALIZADO



Percentual realizado 253,68%

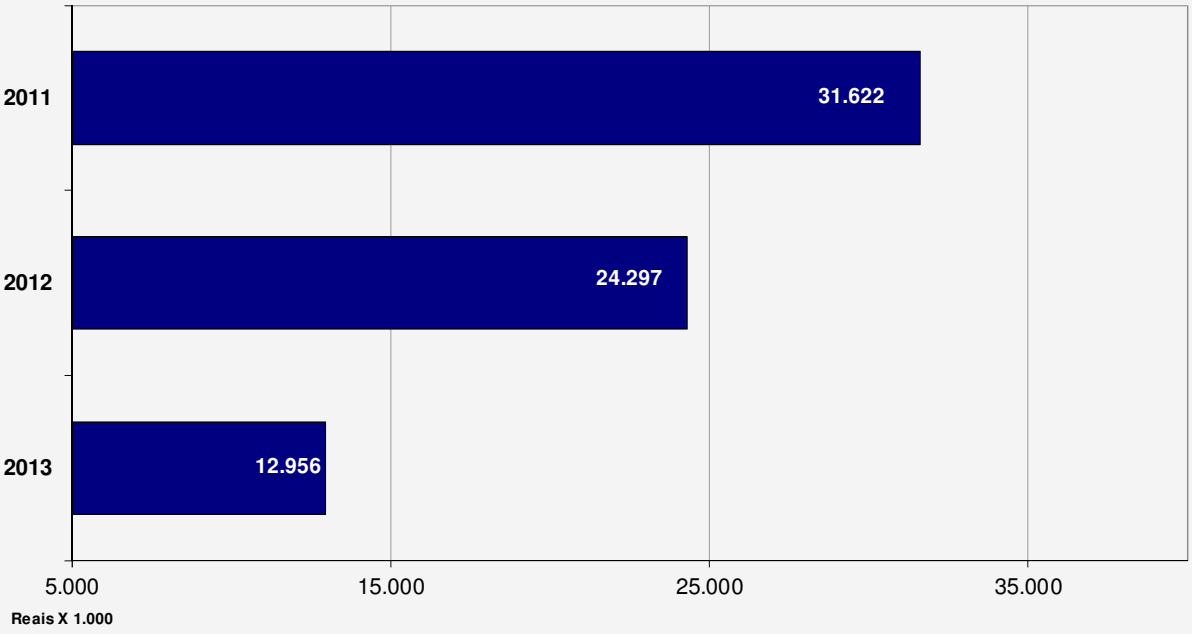
COMPARATIVO DAS RECEITAS DE RECURSOS

EXERCÍCIOS 2011 - 2012 - 2013

R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	2011	2012	2013	VARIAÇÃO %	
					2012x 2011	2013 x 2012
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU						
- RETORNO DOS PROGRAMAS PPU II	41	17.191.691	12.612.792	1.616.517	-26,63	-87,18
- OUTRAS RECEITAS / Rendimentos de aplicações financeiras	-	14.429.973	11.684.100	11.339.117	-19,03	-2,95
TOTAL		**31.621.664**	**24.296.892**	**12.955.634**	**-23,16**	**-46,68**

Total das Receitas: 2011 x 2012 x 2013



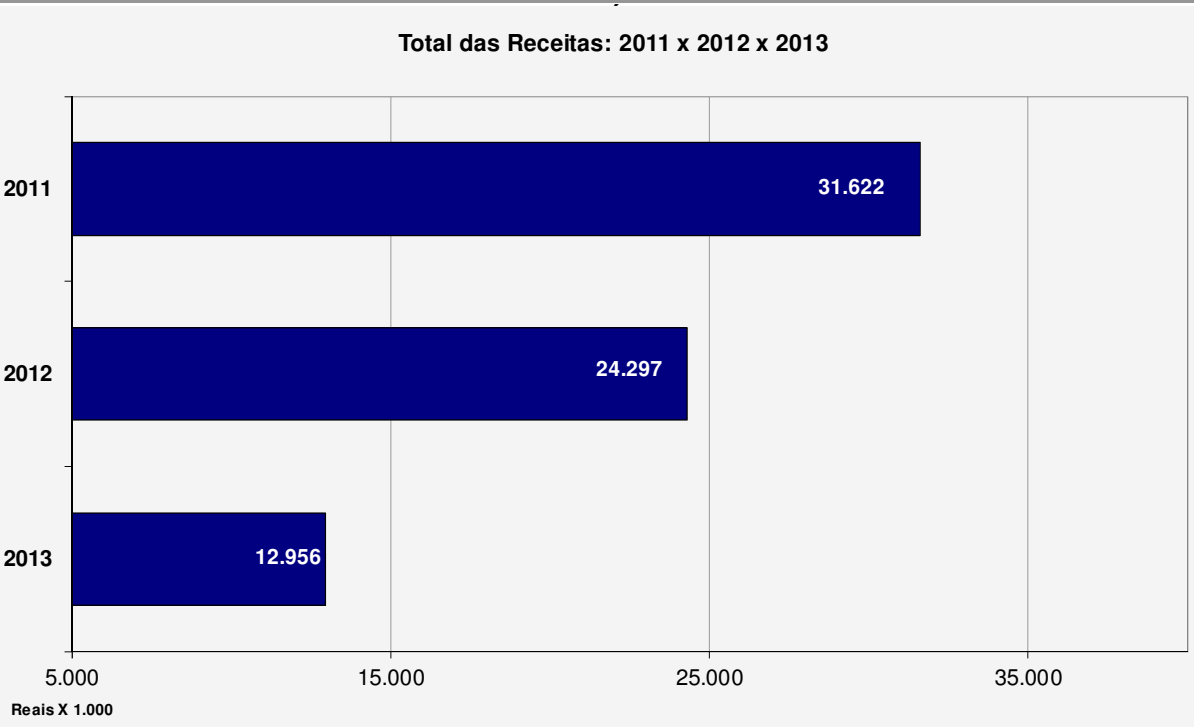
Evolução das Entradas de Recursos: 2012 x 2011 = - 23,16%
2013 x 2012 = - 22,34%

COMPARATIVO DAS RECEITAS DE RECURSOS

EXERCÍCIOS 2011 - 2012 - 2013

R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	2011	2012	2013	VARIAÇÃO %	
					2012x 2011	2013 x 2012
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU						
- RETORNO DOS PROGRAMAS PPU II	41	17.191.691	12.612.792	1.616.517	-26,63	-87,18
- OUTRAS RECEITAS / Rendimentos de aplicações financeiras	-	14.429.973	11.684.100	11.339.117	-19,03	-2,95
TOTAL		**31.621.664**	**24.296.892**	**12.955.634**	**-23,16**	**-46,68**



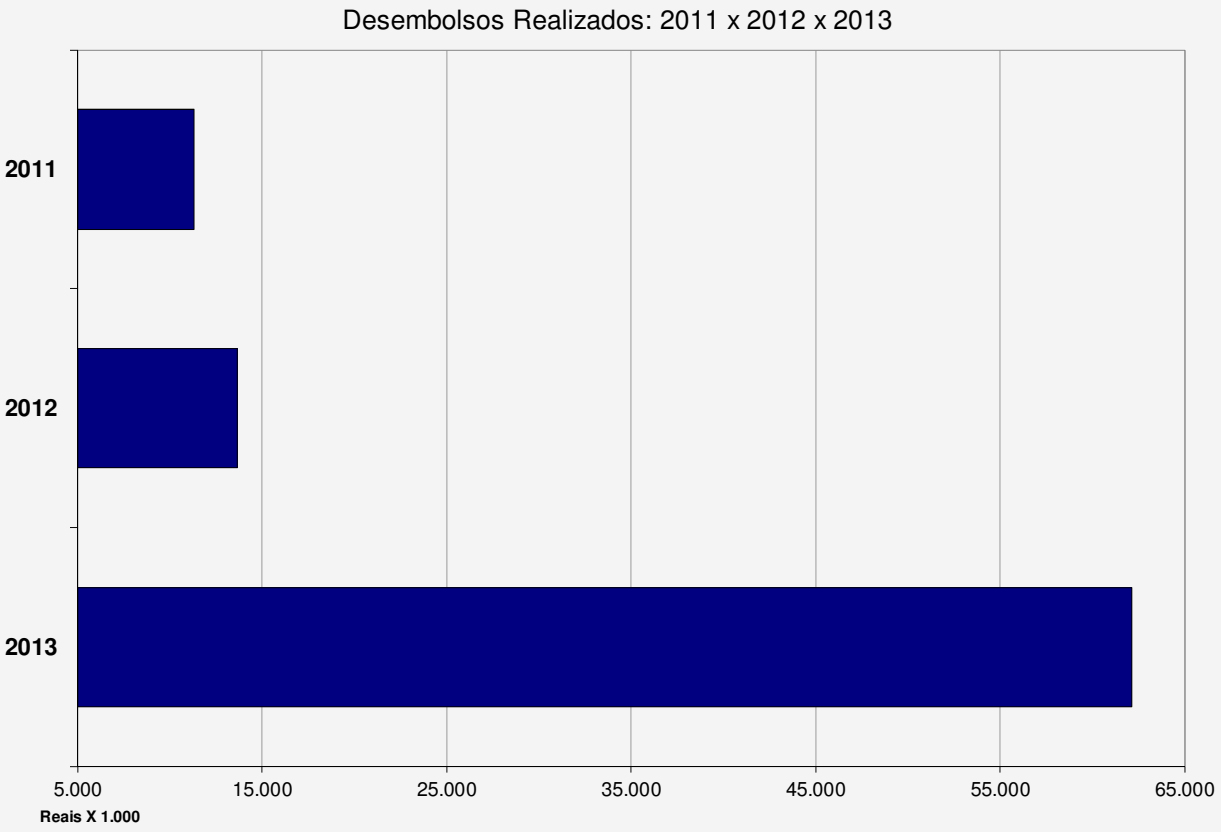
Evolução das Entradas de Recursos: 2012 x 2011 = - 23,16%
2013 x 2012 = - 22,34%

COMPARATIVO DOS DESEMBOLSOS REALIZADOS

EXERCÍCIOS 2011 - 2012 - 2013

R$ 1,00

APLICAÇÕES / AÇÕES	Valores Nominais			Variação %	
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU	2011	2012	2013	2012 X 2011	2013 X 2012
Contrato de Gestão - Paranacidade	8.078.249	10.971.608	19.569.790	35,82	78,37
Outros Desembolsos	3.229.688	2.718.227	2.596.695	-15,84	-4,47
Transferência à SEFA	-	-	40.000.000		
TOTAL - FDU	**11.307.937**	**13.689.835**	**62.166.485**	**21,06**	**354,11**



Evolução nos Desembolsos: 2012 x 2011 = 21,06%
2013 x 2012 = 354,11%

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

- **DEMONSTRATIVO GERENCIAL DOS FLUXOS DE CAIXA**

PARANACIDADE

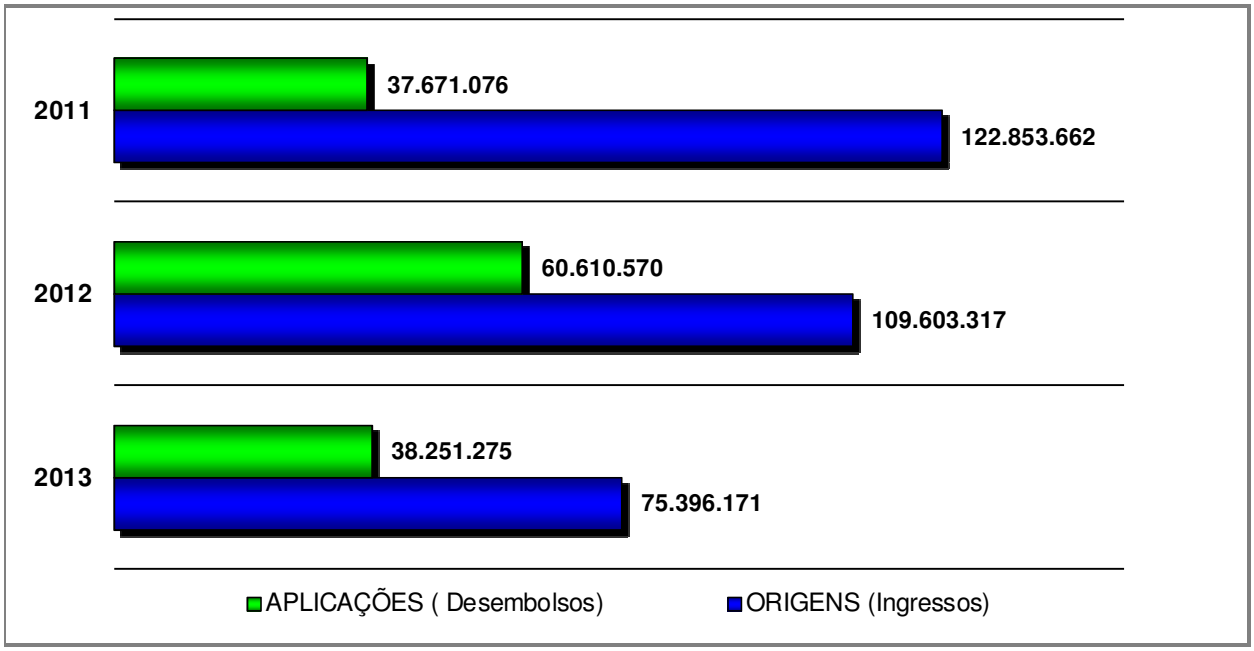
PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

DEMONSTRATIVO GERENCIAL DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EXERCÍCIOS DE 2013 X 2012 X 2011

Em R$ 1,00

CONTA PARANACIDADE			
AÇÕES ADMINISTRATIVAS	**2013**	**2012**	**2011**
ORIGENS (Ingressos)	**75.396.171**	**109.603.317**	**122.853.662**
. Saldo ano anterior	48.992.747	85.182.586	103.022.086
. Recursos manutenção (C.Gestão)	19.569.790	10.971.608	6.376.115
. Rendas de aplicações financeiras	710.123	893.982	980.035
. Agência de Fomento - SFM/PPU	5.838.126	12.512.163	12.377.486
. Outras Receitas	285.385	42.978	97.940
APLICAÇÕES (Desembolsos)	**38.251.275**	**60.610.570**	**37.671.076**
. Despesas de pessoal	23.896.810	20.382.089	18.748.395
. Despesas de custeio	3.030.323	2.426.459	1.934.006
. Investimentos	2.020.022	1.083.805	5.252
. Convênios	9.304.120	36.718.217	16.951.116
. Caução Garantia		-	32.307
SALDO	**37.144.896**	**48.992.747**	**85.182.586**

Nota : Regime de Caixa.



PARANACIDADE

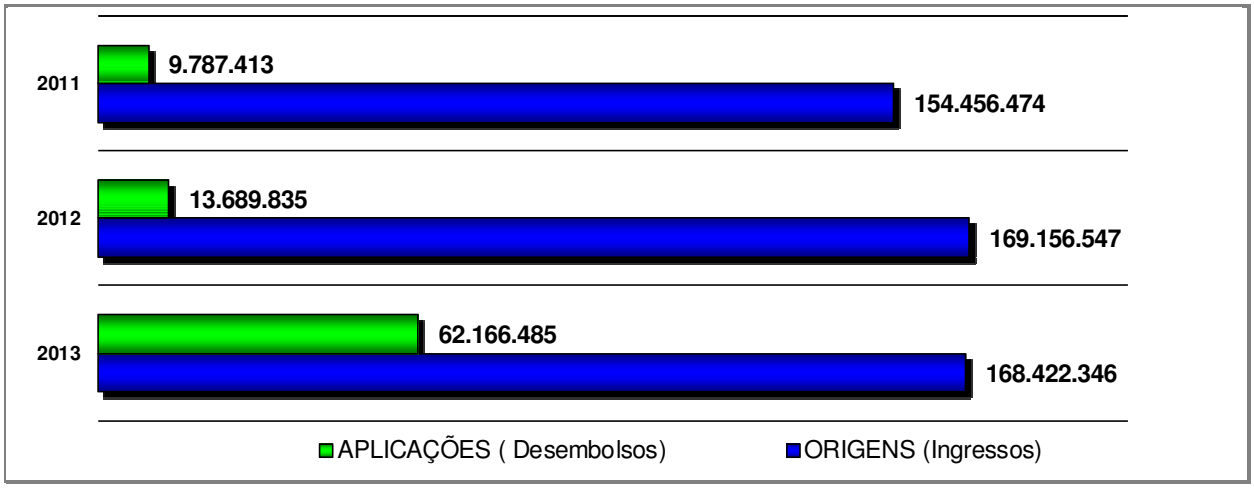
PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

DEMONSTRATIVO GERENCIAL DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EXERCÍCIOS DE 2013 X 2012 X 2011

Em R$ 1,00

CONTAS FDU			
AÇÕES OPERACIONAIS	**2013**	**2012**	**2011**
ORIGENS (Ingressos)	**168.422.346**	**169.156.547**	**154.456.474**
. Saldo ano anterior	155.466.712	144.669.061	122.831.096
. Retorno do PPU II / SFM	1.616.517	12.612.792	17.191.691
. Rendas de aplicações financeiras	11.339.117	11.827.934	14.427.992
. Outras Receitas		46.760	-
. Caução de garantia		-	5.696
APLICAÇÕES (Desembolsos)	**62.166.485**	**13.689.835**	**9.787.413**
. Transferência à SEFA	40.000.000	-	-
. Quadras cobertas / Postos Bombeiros	96.160	191.095	361.418
. Escolas / Centro Cultural	-	4.879	163.120
. Municípios com baixo IDH	2.905.157	3.722.693	2.475.936
. Sanepar	-	-	98.142
. Manutenção Paranacidade (C. Gestão)	19.569.790	10.971.608	6.376.115
. Ortocarta - imagem	-	-	56.000
. Elaboração de projetos	-	31.189	11.249
. Revitalização orla maritíma	(404.704)	(808.000)	-
. Pavimentação Antonina e Matinhos	-	(425.880)	-
. Recuperação Ambiental-Piraquara	-	-	229.261
. Outras Despesas	82	94	16.172
. Caução de garantia	-	2.156	-
SALDO	**106.255.861**	**155.466.712**	**144.669.061**

Nota : Regime de Caixa.



ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

- **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Em R$ mil

ATIVO	2013	2012	PASSIVO	2013	2012
CIRCULANTE			**CIRCULANTE**		
Caixa e Bancos	36	44	Fornecedores	335	715
Aplicações financeiras (nota 4)	37.109	48.949	Salários e encargos sociais	573	525
Contas a Receber-Ag.Fomento do PR (nota 6)	1.118	155	Obrigações sociais e fiscais	407	368
Contrato de Gestão FDU (nota 5)	1.075	709	Provisão para férias e encargos	2.430	2.080
Prefeitura Municipal de Piraquara	99	99	Convênio de cooperação técnica (nota 9)	28.074	37.390
Almoxarifado	110	485	Outras contas a pagar	9	9
Adiantam. a empregados	315	147			
Depositos Judiciais	247	226	**Total do passivo circulante**	**31.828**	**41.087**
Outros créditos	88	84			
Total do ativo circulante	**40.197**	**50.898**			
NÃO CIRCULANTE			**PATRIMÔNIO LÍQUIDO** (nota 10)		
			Recursos do Governo do Estado do Paraná	4.566	4.566
Imobilizado (nota 7)	2.724	1.766	Superávits acumulados	7.111	7.085
Intangível – (nota 8)	584	75			
			Total do patrimônio líquido	**11.677**	**11.652**
Total do ativo não circulante	**3.308**	**1.841**			
TOTAL DO ATIVO	**43.505**	**52.739**	**TOTAL DO PASSIVO**	**43.505**	**52.739**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em R$ mil

	Recursos do Governo do Estado do Paraná	Superávits (déficits) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	4.566	7.096	11.662
Déficit do exercício	-	(10)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	4.566	7.086	11.652
Superávit do exercício	-	25	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	4.566	7.111	11.677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em R$ mil

	2013	2012
RECEITAS OPERACIONAIS		
Receitas do contrato de gestão (nota 1.a)	19.936	9.978
Receitas do ato conjunto (nota explicativa 1.b e 1.c)	7.802	14.147
Receitas financeiras	710	898
Outras receitas	18	44
TOTAL DAS RECEITAS	**28.466**	**25.067**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com pessoal (nota 11)	(24.002)	(20.511)
Despesas gerais (nota 12)	(1.439)	(1.127)
Utilidades e serviços contratados (nota 13)	(1.914)	(1.457)
Despesas tributárias	(1.086)	(1.983)
TOTAL DAS DESPESAS	**(28.441)**	**(25.077)**
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	**25**	**(10)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, entidade sem fins lucrativos de direito privado, instituído pela Lei Estadual nº 15.211, de 17 de julho de 2006, revogando a Lei Estadual nº 11.498, de 30 de julho de 1996, com sede na Rua Deputado Mario de Barros, nº 1290, 1º andar, Centro Cívico, na cidade de Curitiba / Pr / Brasil, tem como atividades principais:

I – cumprir e fazer cumprir o Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Paraná, nos termos previstos nesta Lei, bem como, outros Contratos de Gestão que venham a serem firmados pela entidade;

II – executar ações da política de desenvolvimento institucional, urbano e regional para o Estado do Paraná, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;

III – atuar, de acordo com as diretrizes emanadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional do Estado do Paraná e seus municípios;

IV - constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, as características sócio-econômicas e a capacidade financeira dos Municípios;

V – atuar em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional dos estados e seus municípios;

VI - contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos, tanto estadual como municipal, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos Municípios;

VII - incentivar os Municípios e sua população a participarem da formulação política de desenvolvimento urbano e regional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los;

VIII – promover o desenvolvimento tecnológico, bem como de metodologias, produtos e serviços destinados à profissionais e entidades públicas ou privadas, relacionados à sua área de atuação e destinados a promoção do desenvolvimento urbano, institucional e regional;

IX – publicar e divulgar trabalhos técnico-científicos com vistas ao aprimoramento da gestão municipal;

X - administrar recursos e fundos financeiros públicos, atendidas as disposições do Art. 1º desta lei, em especial o Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988, sem prejuízo do disposto no Art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

XI – propiciar condições para operações de financiamentos com recursos internos ou externos que constituem o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, aos entes da Administração Indireta

Estadual, com capacidade de pagamento comprovada pelo PARANACIDADE, cujas atividades fins estejam voltadas ao desenvolvimento regional e urbano.

a) A remuneração do PARANACIDADE pela gestão do Fundo é fixada anualmente no seu orçamento e aprovado pelo Conselho de Administração, de acordo com o estabelecido no contrato de gestão firmado com Governo do Estado do Paraná, em 23 de outubro de 1996. Atualmente a Entidade abdica de receber, mensalmente, referida receita, optando por recebê-la somente quando da necessidade financeira (ata da 120ª Reunião do Conselho de Administração).

A partir da revisão orçamentária de 2005, estando a comissão advinda da Agência de Fomento do Paraná S/A abaixo do orçado, fez a administração decidir por apropriar-se de 8% das liberações à Sanepar e esse procedimento foi estendido também a Cohapar no ano de 2006, a título de receita do Contrato de Gestão, conforme ata da 99ª Reunião do Conselho de Administração.

No exercício de 2013 o PARANACIDADE reconheceu como receita o montante de R$ 19.936 (R$ 9.978 em 2012) a título de Contrato de Gestão.

b) Receita do Ato Conjunto - Em atendimento à Lei Estadual nº 13.227, de 18 de julho de 2001, o PARANACIDADE mantém firmado o Ato Conjunto, de 15 de fevereiro de 2006, com a Agência de Fomento do Paraná S/A, voltado à execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades da administração pública paranaense, a serem financiados por aquela agência, no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM).

A remuneração do PARANACIDADE estipulado neste Ato é de 8% (oito por cento) sobre cada desembolso do contrato relativo à operação de crédito. Tal percentual poderá ser alterado, em função dos ajustes que venham a serem processados na taxa de juros nominal. No exercício de 2013, a Entidade recebeu R$ 7.533 (R$ 14.143 em 2012) por conta desse Ato Conjunto, valores brutos das seguintes retenções: 5% referente ao ISS (imposto sobre serviços) atendendo ao despacho contido no processo 412077-0 Ação Civil Originária, 1,5% IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte e 4,65% CSRF - Contribuições Sociais da Receita Federal.

c) Termo Cooperação Técnico Operacional - o PARANACIDADE mantém firmado com a Agência de Fomento do Paraná S/A, programa voltado à aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários para prefeituras do estado do Paraná - PROMAP, a serem financiados por aquela agência.

A remuneração do PARANACIDADE estipulado neste Termo é de 1,5% (um e meio por cento) sobre cada desembolso do contrato relativo à operação de crédito. No exercício de 2013 não ocorreu a referida receita.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância com à Lei das Sociedade por Ações (Lei nº 6.404/76), complementada pela Lei nº 10.303/01, a qual, a partir da Lei nº 9.249/95, não prevê o reconhecimentos dos efeitos inflacionários que, até 31 de dezembro de 1995 eram calculados com base na variação da UFIR.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a empresa está adotando as alterações da legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, com as respectivas modificações introduzidas pela

Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76).

A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. SUMÁRIO DAS PRINICIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Ativo Circulante

As aplicações financeiras são acrescidas dos rendimentos auferidos "pro-rata temporis", até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras.

Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

Imobilizado

Demonstrado ao custo histórico de aquisição, construção e depreciados pelo método linear com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens conforme descrito na nota nº 7. O imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido ao *impairment test*.

Intangível

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, à taxa mencionada na nota explicativa nº 8 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido ao *impairment test*.

Passivo Circulante

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

A provisão para férias e encargos é constituída para cobertura das obrigações relativas a férias vencidas e proporcionais com os respectivos encargos sociais, apropriados até a data do balanço.

Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulante e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. Não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido.

Demonstração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos; e

- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, ajuste e valor presente quando aplicável.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O Serviço Social Autônomo PARANACIDADE é uma Entidade constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída (Lei 15.211/06), possuindo isenção fiscal para as receitas auferidas em suas operações.

Utilização de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer da administração da Entidade a utilização de estimativas para o registro de provisões e apresentação de determinados saldos, sendo que os resultados finais desses eventos podem, eventualmente, divergir dessas estimativas.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição Financeira	Produto	Taxa mensal de remuneração	**Vencimento**	2013	2012
Banco do Brasil	FIF	94% a 97% do CDI	Imediato	37.109	48.949

FIF – Fundo de investimento financeiro

5. CONTRATO DE GESTÃO - FDU.

No exercício de 2013 o PARANACIDADE recebeu como receita o montante de R$ 19.936 (R$ 9.978 em 2012) a título do contrato de gestão.

6. CONTAS A RECEBER AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A

Descrição	2013	2012
Contas a receber Agência de Fomento do Paraná S/A	1.118	155
ISS s/faturas Agência de Fomento do Paraná S/A	1.489	1.489
(-)Provisão para realização dos créditos AFPR S/A	-1.489	-1.489
	1.118	155

O montante de R$ 1.489 refere-se a retenção do ISS sobre os pagamentos efetuados pela Agência de Fomento do Paraná S/A ao PARANACIDADE. Essa retenção é decorrente de notificação feita pela Prefeitura Municipal de Curitiba à Agência de Fomento, a qual discute judicialmente a legalidade da retenção. Dessa forma, a Agência de Fomento aguarda a decisão da lide para efetuar o pagamento ao PARANACIDADE.

7. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação % a.a.	2013	2012
Terrenos		210	210
Edificações	4	809	742
Computadores e equip. informática	20	1.671	1.339
Móveis e utensílios	10	921	910
Veículos	20	2.268	1.350
Benfeitorias em imóvel de terceiros	20	89	89
Outras imobilizações	10	151	144
		6.119	**4.784**
(-) Depreciação acumulada		(3.395)	(3.019)
		2.724	**1.765**

8. INTANGÍVEL

	Taxa de amortização % a.a.	2013	2012
Softwares	20	538	529
Sistema de telefonia e telemática	20	1.692	1.067
		2.230	**1.596**
(-) Amortização acumulada		(1.646)	(1.521)
		584	**75**

9. CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

A) Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Convênio nº 001/2006/SEDU/SESA.

Este convênio tem como objetivo a construção, reforma ou adequação de Unidade de Saúde, de forma a viabilizar a implementação do **Projeto do Centro de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e a Criança.**

Convênio encerado no mês de julho

B) Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social referente ao Convênio nº 023/2009/ESTADO DO PR/SETP/SEDU/PARANACIDADE.

Este convênio tem como objetivo estabelecer as bases gerais de cooperação entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano – SEDU, o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE e os Municípios que a ele aderirem, para a implementação do Programa "Centro de Referência de Assistência Social – CRAS-PR" por meio da construção de espaços públicos voltados a identificação de situações de vulnerabilidade social e risco no território de abrangência, articular a

rede local e prestar serviços em atenção as necessidades e expectativas das famílias e comunidades, contribuindo para a superação dos baixos indicadores sociais de parte significativa da população dos municípios paranaenses.

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SETP/SEDU	7.555	1.268	(5.919)	(179)	2.725

C) Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Convênio nº 003/2010/SEDU/SESA.

Este convênio tem como objetivo implantar cerca de 35 (trinta e cinco) novos Centros de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e à Criança nos Municípios indicados pela Secretaria de Estado da Saúde - SESA, e que a ele aderirem, em continuidade à implementação do **Projeto do Centro de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e a Criança.**

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SESA	16.000	886	(13.706)	(86)	3.094

D) Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Convênio nº 005/2010/SEDU/SESA.

Este convênio tem como objetivo implantar cerca de 35 (trinta e cinco) novos Centros de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e à Criança nos Municípios indicados pela Secretaria de Estado da Saúde - SESA, e que a ele aderirem, em continuidade à implementação do **Projeto do Centro de Saúde Básico de Atendimento Integral à Mulher e a Criança.**

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SESA	16.000	871	(13.802)	(82)	2.987

E) Secretaria de Estado da Educação, referente ao Convênio nº 007/2010/SEDU/SEED.

Este convênio tem como objetivo estabelecer as bases gerais de cooperação entre as secretarias e Municípios na implementação do Programa Escolas Municipais, para a construção de unidades de ensino para atender simultaneamente alunos das redes estadual e municipal em Municípios que apresentam indicadores sociais mais críticos e limitação financeira.

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final

SEED	50.000	6.247	(42.384)	(921)	12.942

F) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, referente ao Decreto 7.578/2010-RECAP.

Este decreto tem como objetivo autorizar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano – SEDU e o Serviço Social Autônomo Paranacidade a firmar convênios com os municípios paranaenses para a implementação de obras de recuperação, recape e/ou pavimentação de vias urbanas, de acordo com projetos elaborados pelos municípios e analisados e aprovados pela SEDU/PARANACIDADE.

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SEDU	10.700	4.222	(14.066)	(678)	178

G) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, referente ao Decreto 2.174/2011-RECAP 1.

Este decreto tem como objetivo autorizar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano – SEDU e o Serviço Social Autônomo Paranacidade a firmar convênios com os municípios paranaenses para a implementação de obras de recuperação, recape e/ou pavimentação de vias urbanas, de acordo com projetos elaborados pelos municípios e analisados e aprovados pela SEDU/PARANACIDADE.

Movimentação abaixo apresentada:

Entidade	Recursos recebidos	Rendimento	Repasses efetuados	Impostos e taxas	Saldo final
SEDU	44.300	1.029	(39.116)	(64)	6.149

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido é constituído pelos recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná e pelo resultado apurado em cada exercício, que será utilizado na própria atividade da entidade.

11. DESPESAS COM PESSOAL

Descrição	2013	2012
Salários e gratificações	12.862	13.416
Encargos sociais	5.917	4.937
Assistência médica e social	428	461
Outras despesas com pessoal	4.795	1.697

	24.002	**20.511**

12. DESPESAS GERAIS

Descrição	2013	2012
Depreciações e amortizações	499	285
Aluguéis	337	321
Material de consumo	129	87
Viagens e representações	273	213
Combustível	124	124
Outras	77	97
	1.439	**1.127**

13. DESPESAS COM UTILIDADES E SERVIÇOS CONTRATADOS

Descrição	2013	2012
Telefone e fax	146	154
Serviços de informática	492	333
Propaganda e publicidade	344	39
Higiene e limpeza	610	511
Correios	25	37
Manutenção e reparos	119	59
Refeições	19	56
Consultorias	0	169
Auditoria	20	19
Outras despesas	139	80
	1.914	**1.457**

14. ISENÇÃO FISCAL

Conforme comentado na nota explicativa 1, o PARANACIDADE é uma entidade sem fins lucrativos e sua administração entende que como tal está isenta de tributos (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) incidentes sobre as receitas auferidas e sobre os superávits apurados.

A administração tem ciência que existem aspectos controversos quanto a sua situação de isenção fiscal. Contudo, entende que há fortes argumentos para sua defesa, caso venha a ser questionada pelas autoridades fiscais e por este motivo, e ainda por não haver qualquer demanda judicial e fiscal contra a Entidade que pudesse justificar o registro contábil de eventual contingência, não considera pertinente neste momento constituir provisão a este título nas suas demonstrações contábeis.

16. SEGUROS

O Serviço Social Autônomo PARANACIDADE possui seguros contratados para cobrir eventuais riscos de incêndio, roubo e colisão considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Em R$ mil

ATIVO	2013	2012	PASSIVO	2013	2012
CIRCULANTE			**CIRCULANTE**		
Caixa e bancos	2	231			
Aplicações financeiras (nota 4)	106.254	155.235	Fornecedores	1.214	847
Empréstimos e subempréstimos concedidos (nota 5)	0	1.564	Outras contas a pagar	32	32
Secretaria da Fazenda	40.000	0			
Contas a receber	9	9			
			Total do passivo circulante	**1.245**	**879**
Total do ativo circulante	**146.265**	**157.040**			
			NÃO CIRCULANTE		
			Exigível a Longo Prazo		
			Provisões para contingências	100	100
			Total do passivo não circulante	**100**	**100**
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 6)		
			Recursos do Governo do Estado do Paraná	48.201	48.201
			Superávits acumulados	16.214	31.791
			Reserva conforme Decreto 5927 de 23/12/05	80.504	76.069
			Total do patrimônio líquido	**144.920**	**156.061**
TOTAL DO ATIVO	**146.265**	**157.040**	**TOTAL DO PASSIVO**	**146.265**	**157.040**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caarlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF: 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU

(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em R$ mil

	2013	2012
RECEITAS OPERACIONAIS		
Operações de financiamentos	52	709
Rendimentos de aplicações Financeiras	11.339	11.828
Resultado financeiro com empréstimos e financiamentos		
Outras receitas	-	47
TOTAL DAS RECEITAS	**11.391**	**12.583**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas gerais (nota 7)	(2.597)	(2.730)
Administração – contrato de gestão	(19.936)	(9.978)
Serviços de terceiros	-	(31)
TOTAL DA DESPESAS	**(22.533)**	**(12.739)**
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	**(11.141)**	**(156)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF: 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em R$ mil

	Recursos do Governo do Estado do Paraná	Superávits (déficits) acumulados	Reserva Conforme Decreto 5927/05	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	48.201	11.072	96.944	156.217
Constituição de reserva-Decreto Estadual nº 5927-23/12/05		20.875	(20.875)	-
Déficit do Exercício		(156)		(156)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	48.201	31.791	76.069	156.061
Constituição de reserva-Decreto Estadual nº 5927-23/12/05		(4.435)	4.435	-
Déficit do Exercício		(11.141)		(11.141)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	48.201	16.215	80.504	144.920

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF: 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU

(Administrado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em R$ mil

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**2013**	**2012**
Superávit/ Deficit do exercício	(11.141)	(156)
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Empréstimos e subempréstimos concedidos	1.564	11.904
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Empréstimos e financiamentos		
Fornecedores	366	(948)
Transferência à SEFA	(40.000)	-
Outras contas a pagar	-	(2)
Provisão para contingências		
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(49.211)	10.798
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	**(49.211)**	**10.798**
No início do exercício	155.467	144.669
No final do exercício	106.256	155.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF: 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – FDU
(Administrado pelo Serviço Social Autônomo PARANACIDADE **)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, instituído pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988 e regulamentado pelo Decreto nº 3.736 de 10 de novembro de 1997, com sede na Rua Deputado Mario de Barros, nº 1290, 1º andar, Centro Cívico, na cidade de Curitiba / Pr / Brasil, tem os seguintes principais objetivos:

I – promover ações destinadas ao desenvolvimento urbano, regional e institucional dos municípios paranaenses em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;

II – constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, às características sócio-econômicas e à capacidade financeira dos municípios paranaenses;

III – financiar as intervenções, representadas por planos, programas, projetos e atividades, envolvendo despesas correntes e de capital, voltadas ao desenvolvimento urbano, regional e institucional das municipalidades paranaenses e de agentes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo;

IV – contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos federais, estaduais e municipais, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos municípios;

V – incentivar os municípios paranaenses a participarem da formulação da política de desenvolvimento urbano, regional e institucional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apóia-los.

Os recursos do FDU, próprios e captados via empréstimos, estão aplicados nos seguintes programas: FDU – Programa Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, PPU – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e PPU II / SFM – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano II / Sistema de Financiamento de Ações Municipais.

Com a promulgação, em 05 de maio de 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o FDU foi vedada a concessão diretamente aos municípios de novos financiamentos no âmbito de programas similares aos atuais.

Conforme o decreto nº 4.465 de 19 de julho de 2001, o Governador do Estado do Paraná decretou a integralização de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU na Agência de Fomento do Paraná, através de integralização de capital, condicionada às disponibilidades de recursos do FDU e, aliada à demanda de recursos para investimentos em desenvolvimento urbano.

Os recursos destinados aos municípios serão provenientes da referida Agência e os recursos destinados à Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR e Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR poderão ser provenientes do FDU.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), complementadas pela Lei nº 10.303/01, a qual, a partir da Lei nº 9.249/95, não prevê o reconhecimento dos efeitos inflacionários que, até 31 de dezembro de 1995 eram calculados com base na variação da UFIR.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a empresa está adotando as alterações da legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76). A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Ativo Circulante

As aplicações financeiras e os empréstimos e subempréstimos concedidos são acrescidos dos rendimentos auferidos "pro-rata temporis", de acordo com as taxas pactuadas.

Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquidos e/ou valor justo de realização.

Passivo Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. Não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido.

Demonstração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos; e

- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, ajuste e valor presente quando aplicável.

Utilização de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer da administração da Entidade a utilização de estimativas para o registro de provisões e apresentação de determinados saldos, sendo que os resultados finais desses eventos podem, eventualmente, divergir dessas estimativas.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição Financeira	Produto	Taxa mensal de remuneração	Vencimento	2013	2012
Banco do Brasil	FIF	94% a 97% do CDI	Imediato	11.584	72.198
CEF	FIF	94% a 97% do CDI	Imediato	94.670	83.037
				106.254	**155.235**

FIF – Fundo de investimento financeiro

5. EMPRÉSTIMOS E SUBEMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Programa	Encargos anuais	2013	2012
PPU II / SFM	TR + 8,85% e TJLP + 14,75%	0	1.564
Total		**0**	**1.564**
Curto prazo		0	(1.564)
Realizável a longo prazo		0	0

TR – Taxa Referencial de Juros
TJLP – Taxa de Juros a Longo Prazo
PPU II/SFM – Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano II / Sistema de Financiamento de Ações Municipais

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido é constituído pelos recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná, relativos aos saldos a receber em 30 de setembro de 1996 dos contratos de empréstimos concedidos, do montante de retornos de empréstimos retidos pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA em 31 de dezembro de 1997, bem como do resultado apurado em cada exercício que será utilizado na própria atividade do Fundo.

Conforme o Decreto nº 4.465 de 19 de julho de 2001, o Governador do Estado do Paraná decretou o provimento de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU na Agência de Fomento do Paraná, através de integralização de capital, condicionada às disponibilidades de recursos do FDU aliada à demanda de recursos para investimentos em

desenvolvimento urbano. Até 31 de dezembro de 2010 foi transferido à referida Agência o valor de R$ 717.000 de recursos do FDU.

Devido à integralização de capital feita na Agência de Fomento em 2010 (R$ 150.000), a administração do FDU determinou a transferência do saldo da conta de Superávit Acumulados (R$ 62.929) para a conta de Aumento de Capital por Superávits Acumulados.

Conforme o Decreto nº 5.927 de 23 de dezembro de 2005, do Governador do Estado do Paraná ficou inserido no artigo 3º do Anexo do Regulamento do Fundo Estadual de Desenvolvimento – FDU que em cada exercício financeiro poderão ser destinados recursos, até um limite de 45% (quarenta e cinco por cento) do resultado líquido do exercício financeiro anterior, a título não reembolsável, para fins de transferências aos Municípios como parte da contrapartida estadual em projetos financiados pelos mesmos.

No exercício de 2013 foram destinados recursos, na forma estabelecida, referente ao resultado líquido do exercício findo em 31/12/2012 no montante de R$ 4.435 (R$ 20.875 em 2012) fonte de recursos FDU/Renda Líquida.

7. DESPESAS GERAIS

As principais ações efetuadas com os recursos do FDU durante o ano são representadas por:

Descrição	Referência	2013	2012
Decreto 5.927/2005:			
	Obras Recuperação Ambiental	0	45
	Escolas / Centro Cultural	0	5
	Bombeiro Comunitário	96	191
	Recuperação Orla Marítima	(405)	(808)
	Município Baixo IDH	2.905	3.723
	DER – Dep. Estradas e Rodagem		(426)
		2.596	**2.730**

Carlos Roberto Massa Junior
Superintendente
CPF 032.084.489-70

Carlos Henrique Lenz
Contador
CRC PR 055091/O-1

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FINANCEIROS

- **AUDITORIA EXTERNA**

NOTA: Os documentos originais relativos à Auditoria Externa, os quais encontram-se assinados, estão sob a guarda da Coordenadoria Financeira.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.

Prezados Senhores:

Examinamos as Demonstrações Contábeis do SERVIÇO SOCIAL AUTONÔMO PARANACIDADE, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis.

A administração do SERVIÇO SOCIAL AUTONÔMO PARANACIDADE é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para emitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes.

Nossa responsabilidade é a de expressar sobre essas Demonstrações Contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolvente a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas Demonstrações Contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis da entidade para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

1) Examinamos o Balanço Patrimonial da SERVIÇO SOCIAL AUTONÔMO PARANACIDADE, levantados em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixas correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2) Exceto quanto ao mencionado no parágrafo "3", nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3) Assessoria jurídica do SERVIÇO SOCIAL AUTONÔMO PARANACIDADE,

não apresentou até o encerramento de nossos trabalhos, uma posição sobre as questões das áreas cível, trabalhista e/ou tributária sob seus cuidados, em 31 de Dezembro de 2013 , a favor ou contra o SERVIÇO SOCIAL AUTONÔMO PARANACIDADE, bem como os eventuais desfechos ou as novas questões surgidas entre essa data-base e a data da elaboração da informação. Portanto em virtude da ausência destas informações, não foi possível proceder a confirmação dos saldos contábeis apresentados 31 de Dezembro de 2013.

4) Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis ajustes decorrentes do mencionado no parágrafo "3", com base em nossos exames, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo "1" representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SERVIÇO SOCIAL AUTONÔMO PARANACIDADE, em 31 de dezembro de 2013, o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

Fábia Marques Braga.

Contadora e Auditora.

CRC 013977/0-DF.

Metrópole Soluções Empresariais.

CRC DF – 001279/0.

Ao

SERVIÇO SOCIAL AUTONÔMO PARANACIDADE.

RELATÓRIO AUDITORIA DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO 2013

Prezados Senhores,

Apresentamos o presente relatório contendo recomendações sobre procedimentos contábeis e esclarecimentos legais, procedimentos de controles internos decorrentes do nosso trabalho de Auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2013 do SERVIÇO SOCIAL AUTONÔMO PARANACIDADE. Todo o trabalho foi realizado às luzes da legislação vigente, Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS e Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC's.

Estes assuntos são abordados a título de esclarecimento, elucidação e recomendações para apreciação da Administração do SERVIÇO SOCIAL AUTONÔMO PARANACIDADE, como parte integrante do processo contínuo de atualização e melhoria dos procedimentos e controles já existentes.

Em conformidade com as normas usuais de auditoria, e seguindo com fidedignidade o Planejamento de Auditoria apresentado à esta administração, revisamos e avaliamos procedimentos contábeis e controles internos existentes que refletem diretamente na contabilidade e Demonstrações Financeiras.

Informamos que o escopo de nosso trabalho foram as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o que ficou evidenciado em nosso Planejamento de Auditoria.

Colocando-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,



Fábia Marques Braga.

Sócia – Contadora.

CRC 013977/DF.

Metrópole Soluções Empresariais Ltda.

1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

(1.1) Com vistas à execução dos trabalhos referentes à auditoria independente voltada ao exame das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2013.

(1.2) Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria aplicáveis no Brasil, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e exames sobre operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral, em uma base seletiva, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias, abrangendo o período de janeiro a dezembro de 2013.

(1.3) De forma subsidiária aos objetivos dos trabalhos, relacionamos a seguir os pontos anotados, os quais já foram comentados com as áreas responsáveis e que entendemos conveniente destacar, para informação e/ou com recomendações adicionais, conforme o caso, sobre controles internos, procedimentos contábeis em geral ou sobre outras situações.

(1.4) Tais procedimentos podem referir-se, inclusive de forma atualizada, a situações anteriormente relatadas que estiverem se repetindo.

(1.5) O presente relatório destina-se, exclusivamente, ao gerenciamento interno por essa empresa, dos assuntos apresentados, não sendo autorizada a sua utilização para quaisquer outros fins.

2 REGISTROS CONTÁBEIS

(2.1) CAIXA

Os responsáveis pela movimentação dos fundos rotativos não possuem termo de responsabilidade sobre os valores a sua disposição, a falta deste documento inviabiliza o ressarcimento, por parte da entidade, no caso de eventuais prejuízos decorrentes dolo ou má fé.

Tendo em vista que o caixa é a conta contábil representativa da disponibilidade mais imediata dentro da entidade, recomendamos que os adiantamentos de viagens e pagamentos de diárias não são conversíveis em dinheiro imediatamente, ou seja, não é possível efetuar pagamentos diversos com eles, os mesmos devem ser classificados em conta específica de direitos realizáveis.

Sugerimos, também, sejam formalizadas, através de documento próprio, as responsabilidades dos funcionários quando estes mantenham sob a sua guarda numerários da entidade, inclusive estabelecendo o valor limite para cada operação.

Outro aspecto a destacar, se refere à periodicidade das prestações de contas que não vem sendo feitas semanalmente, conforme determina a norma interna. Neste caso, cabe avaliar a periodicidade mais razoável para prestação de contas dos fundos rotativos e adequar a norma interna a esta necessidade, ou, se confirmado que a periodicidade ideal realmente é semanal, que se cumpra esta determinação.

(2.2) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estes saldos se referem a aplicações financeiras em fundos com resgate automático e estão registrados pelo custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos incorridos até o encerramento do exercício. Estão adequadamente apresentados e foram confirmados pelos respectivos extratos de aplicações.

Instituição Financeira	Produto	Taxa mensal de Remuneração	2013	2012
Banco do Brasil S.A	Fundo de Investimento	94% a 97% do CDI	37.109	48.949

Durante nossos trabalhos, verificamos que a empresa utiliza como procedimento a emissão de extratos bancários via Internet. Salientamos, que a emissão de extratos via internet não oferece segurança adequada contra alterações indevidas das informações neles constantes.

Diante do exposto, recomendamos que sejam exigidos das instituições bancárias, os extratos mensais, emitidos em papel timbrado, em tempo hábil, a fim de possibilitar a confirmação adequada da movimentação e do saldo.

(2.3) CONTAS A RECEBER

Os registros referem-se a receber por fornecimento de bens e se oriundos de outras transações.

(2.4) DEPÓSITOS JUDICIAIS.

Registra os valores dos recursos vinculados, outros créditos a receber e depósitos judiciais apresentando o saldo de R$ 247 mil em 31 de Dezembro de 2013

Cabe ressaltar que a Assessoria jurídica do SERVIÇO SOCIAL AUTONÔMO PARANACIDADE, não apresentou até o momento, uma posição sobre as questões das áreas cível, trabalhista e/ou tributária sob seus cuidados, em 31 de Dezembro de 2013, a favor ou contra o SERVIÇO SOCIAL AUTONÔMO PARANACIDADE, bem como os eventuais desfechos ou as novas questões surgidas entre essa data-base e a data da elaboração da informação.

A assessoria jurídica deveria informar em relatório, um **prognóstico** quanto à possibilidade de perda no desfecho das questões, classificando-a como provável, possível ou remota. O prognóstico quanto ao desfecho das causas é a base para que observemos a necessidade de registro contábil (provisionamento da potencial perda como uma obrigação no passivo) e/ou de divulgações das questões em notas explicativas às Demonstrações Contábeis.

A conciliação é um importante meio para a confirmação e a validação dos saldos existentes na contabilidade da empresa, recomendamos efetuar periodicamente a conciliação desta conta com base nos relatórios devidamente segregados pela assessoria jurídica e que sejam envidados os meios necessários para a celebração de um convênio de acesso aos saldos e

extratos de contas judiciais, mantidos em custódia nas instituições financeiras.

Devido à falta de conciliação nos depósitos judiciais, não foi possível proceder a confirmação dos saldos contábeis apresentados 31 de Dezembro de 2013.

(2.5) IMOBILIZADO

Registrado pelo custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31/12/95, menos depreciação e amortização acumulada, com percentuais de depreciação aplicados consoante as normas fiscais vigentes e por meio do método linear.

Os saldos do imobilizado foram confirmados através do controle patrimonial, verificamos as aquisições, baixas e os cálculos de depreciação/amortização correspondentes ao exercício.

A seguir, apresentamos, de forma resumida, a movimentação ocorrida neste grupo de contas, para melhor visualização das aplicações de recursos efetuadas neste exercício.

	Taxa de depreciação %	2013	2012
Terrenos		210	210
Edificações	4	809	742
Comput. e equip. informática	20	1.671	1.339
Móveis e utensílios	10	921	910
Veículos	20	2.268	1.350
Benf. imóvel terceiros	20	89	89
Outras imobilizações	10	151	144
		6.119	4.784
(-) Depreciação acumulada		(3.395)	(3.019)
		2.724	1.765

INTANGÍVEL

	Taxa de amortização %	2013	2012
Softwares	20	538	529
Sist. Telefonia e telemática	20	1.692	1.067
		2.230	1.596
(-) Amortização acumulada		(1.646)	(1.521)
		584	75

Observação: Os ingressos do imobilizado decorrem das aquisições efetuadas no exercício, e os ingressos de depreciação correspondem à depreciação calculada e incorrida no período.

Com o advento da Lei 11638, e os pronunciamentos CPC 01 e CPC 27, a Gestão Patrimonial não é mais apenas uma obrigação burocrática de controlar os bens do ativo imobilizado; é de responsabilidade da empresa, assegurar a veracidade das informações, onde está localizado, e suas características principais, durabilidade, vida útil total e remanescente dos bens. Ter informações precisas sobre os ativos e a situação contábil da sua empresa é um fator que faz toda a diferença em uma boa gestão.

O pronunciamento técnico CPC 27 também destaca: a importância da determinação do valor residual dos ativos, de forma que o valor depreciável seja aquele montante não recuperável pela alienação do ativo ao final de sua vida estimada. Desta forma, é fundamental na determinação do valor depreciável de um ativo imobilizado a estimativa do seu valor residual. Ressalte-se que se o valor residual esperado for superior ao seu valor contábil, nenhuma depreciação deverá ser reconhecida (item 52 do Pronunciamento Técnico CPC 27.

Precisamos ter informações confiáveis, de fácil entendimento, que estejam disponíveis em tempo hábil. Infelizmente não nos foi apresentado até o encerramento de nossos trabalhos, o ultimo Impairment, impossibilitando

mensurar o impacto nos resultados das Demonstrações Contábeis do SERVIÇO SOCIAL AUTONÔMO PARANACIDADE.

(2.6) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

O Pronunciamento Técnico CPC 01 define procedimentos para assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. O item 07 do referido CPC ressalta que um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede ao valor recuperável.

Ressaltamos que a empresa menciona em suas notas explicativas no item 3 (Sumário das principais práticas contábeis) que o seu imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido ao ***impairment test***.

Para comprovar o resultado do ***impairment test*** é necessário que haja a documentação sobre os procedimentos adotados para a realização do teste, como o laudo fornecido por empresa especializada ou mesmo que tenha sido realizado internamente. Deveria ser detalhado em Notas Explicativas, visto que, para o usuário das informações contábeis, o teste de recuperabilidade dos ativos proporciona a consistência das informações contábeis no que se refere a recuperação do valor investido, ou seja, a garantia de que no momento da divulgação das informações os valores estejam registrados no mínimo pelo valor que possa ser recuperado por uso ou por venda.

(2.7) PATRIMÔNIO LIQUIDO

O saldo das contas de Patrimônio Líquido tem como posição, em 31 de dezembro de 2013, os seguintes valores:

Contas	**2013**	**2012**
Recursos do Governo do Estado do Paraná	4.566	4.566
Superávits Acumulados	7.111	7.085
PATRIMÔNIO LIQUIDO	**11.677**	**11.652**

Resultados Acumulados no Exercício: No exercício de 2013, o SERVIÇO SOCIAL AUTONÔMO PARANACIDADE, apresentou um Superavit no valor de 25 mil.

Ao

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU

RELATÓRIO AUDITORIA DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO 2013

Prezados Senhores,

Apresentamos o presente relatório contendo recomendações sobre procedimentos contábeis e esclarecimentos legais, procedimentos de controles internos decorrentes do nosso trabalho de Auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2013 do FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU. Todo o trabalho foi realizado às luzes da legislação vigente, Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS e Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC's.

Estes assuntos são abordados a título de esclarecimento, elucidação e recomendações para apreciação da Administração do FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU, como parte integrante do processo contínuo de atualização e melhoria dos procedimentos e controles já existentes.

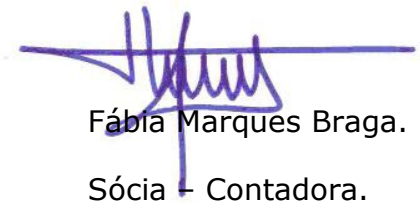
Em conformidade com as normas usuais de auditoria, e seguindo com fidedignidade o Planejamento de Auditoria apresentado à esta administração, revisamos e avaliamos procedimentos contábeis e controles

internos existentes que refletem diretamente na contabilidade e Demonstrações Financeiras.

Informamos que o escopo de nosso trabalho foram as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o que ficou evidenciado em nosso Planejamento de Auditoria.

Colocando-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,



Fábia Marques Braga.

Sócia – Contadora.

CRC 013977/DF.

Metrópole Soluções Empresariais Ltda.

1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

(1.1) Com vistas à execução dos trabalhos referentes à auditoria independente voltada ao exame das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2013;

(1.2) Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria aplicáveis no Brasil, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e exames sobre operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral, em uma base seletiva, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias, abrangendo o período de janeiro a dezembro de 2013.

(1.3) De forma subsidiária aos objetivos dos trabalhos, relacionamos a seguir os pontos anotados, os quais já foram comentados com as áreas responsáveis e que entendemos conveniente destacar, para informação e/ou com recomendações adicionais, conforme o caso, sobre controles internos, procedimentos contábeis em geral ou sobre outras situações.

(1.4) Tais procedimentos podem referir-se, inclusive de forma atualizada, a situações anteriormente relatadas que estiverem se repetindo.

(1.5) O presente relatório destina-se, exclusivamente, ao gerenciamento interno por essa empresa, dos assuntos apresentados, não sendo autorizada a sua utilização para quaisquer outros fins.

2 REGISTROS CONTÁBEIS

(2.1) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição Financeira	Produto	Taxa mensal de Remuneração	2013	2012
Banco do Brasil	Fundo de Investimento	94% a 97% do CDI	11.584	72.198
CEF	Fundo de Investimento	94% a 97% do CDI	94.670	83.037
			106.254	155.235

Durante nossos trabalhos, verificamos que a empresa utiliza como procedimento a emissão de extratos bancários via Internet. Salientamos, que a emissão de extratos via internet não oferece segurança adequada contra alterações indevidas das informações neles constantes.

Diante do exposto, recomendamos que sejam exigidos das instituições bancárias, os extratos mensais, emitidos em papel timbrado, em tempo hábil, a fim de possibilitar a confirmação adequada da movimentação e do saldo.

2.2 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da sociedade, elaboradas de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil, com observância dos dispositivos constantes da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404, sendo adotadas em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.3 Principais Práticas Contábeis

As principais praticas e procedimentos contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir:

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas segundo o regime de competência, de acordo com a legislação vigente:

b. Ativos e Passivos Circulante e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos e ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio líquido é constituído pelos recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná, relativos aos saldos a receber em 30 de setembro de 1996 dos contratos de empréstimos concedidos, do montante de retornos de empréstimos retidos pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA em 31 de dezembro de 1997, bem como do resultado apurado em cada exercício que será utilizado na própria atividade do Fundo.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2013**	**2012**
Recursos do Governo do Estado do Paraná	48.201	48.201
Superávits acumulados		

	16.214	31.791
Reserva conforme Decreto 5927 de 23/12/05	80.504	76.069
Total do patrimônio líquido	**144.920**	**156.061**

PARANACIDADE

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DELIBERAÇÃO

Nº 002/2014

O Conselho de Administração do PARANACIDADE, no uso da competência que lhe confere a Lei Estadual Nº 15.211, de 17 de julho de 2006 e as suas disposições regimentais e tendo em vista a deliberação plenária por ocasião da 132ª Reunião Ordinária realizada em 29 de abril de 2014,

RESOLVE

I. Declarar aprovado o Relatório de Gestão do PARANACIDADE, referente o exercício de 2013, bem como as "DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS", apresentados pela sua Diretoria Executiva, acompanhados do parecer da METRÓPOLE COMÉRCIO, SERVIÇOS E SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI - ME;

II. Recomendar à Superintendência da Entidade que encaminhe o referido Relatório de Gestão e suas peças complementares à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, para posterior envio à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e Tribunal de Contas;

III. Aprovado as alterações no Regimento Interno, bem como no Estatuto da Entidade, no que se refere à suplência de membros natos e efetivos deste Conselho.

Curitiba, 29 de abril de 2014.

Presidente do Conselho de Administração